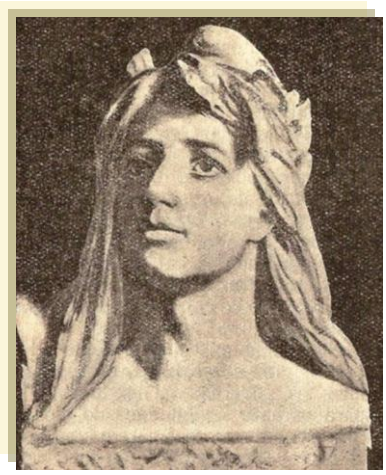
Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação
Licenciatura: Ciências da Comunicação e da Cultura

Cadeira: Metodologia de Análise do Texto e do Discurso
Docente: Prof. Doutor Luís Cláudio Ribeiro

1910 / 2010

Centenário da República



Influência da República na sociedade portuguesa (até 1926)

- Propaganda -

Hernâni de Lemos Figueiredo

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 5

Da Revolução Francesa à Ditadura Militar da 1.ª República 7

A herança 9

Ideal republicano chegou muito cedo a Portugal 13

Como a Igreja via a Maçonaria 15

República e Igreja "lado-a-lado" 17

O apelo a todas as classes 19

A "Lei da Rolha" 21

"Viva emfim a Republica!" 23

O "Ultimatum" de 1890 e as suas consequências 25

O Regicídio 27

Carta ao Rei 31

Propaganda enviada à imprensa estrangeira 33

Carta às princesas casadoiras da Europa 35

Novas críticas à Monarquia 37

Voltam os ataques à aliança com a Inglaterra 39

A implantação da República 41

A República nos jornais da província 46

Os cartoons na propaganda política 49

Índice de fotos 51

Bibliografia 53

CONCLUSÃO 59

APRESENTAÇÃO

Para a cadeira de Metodologias de Análise do Texto e do Discurso, incluída no curso de Ciências de Comunicação e Cultura da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, foi-nos proposta a elaboração de um trabalho, de grupo sobre *A República*, tendo em vista a obtenção de conhecimentos acerca da influência da propaganda na República, pois foi esta a nossa opção de entre as várias sugeridas.

Como coordenador deste grupo dividi-o em quatro partes:

I PARTE – Até 1926 - Governo Provisório e 1.ª República mais "Herança Política" (Revolução Francesa e Monarquia Constitucional)

II PARTE – De 1926 a 1932 – I República - Ditadura Militar

III PARTE – De 1932 a 1974 – II República – Estado Novo

IV PARTE – A partir de 1974 – III República – Após o 25 de Abril

Na I parte, aquela que me coube desenvolver, descrevi alguma propaganda difundida no período desde a Implantação da República até 1926, época imediatamente anterior à Ditadura Militar. E para melhor enquadramento deste trabalho, entendi por bem fazer uma ligeira incursão à Monarquia Constitucional, mais concretamente ao Regicídio e ao período a partir do qual apareceram em Portugal as ideias republicanas e, também, uma superficial abordagem à Revolução Francesa, ao fim e ao cabo o acontecimento inspiratório da implantação republicana no nosso país.

Lisboa, 14 de Junho de 2010

Hernâni de Lemos Figueiredo

Da Revolução Francesa à Ditadura Militar da 1.ª República

Hernâni de Lemos Figueiredo

"Viva Danton! Viva o nosso pai Danton!"
"Suprimamos para sempre o nome e a função de rei; transformemos o reino numa República", grita Danton.
Robespierre pergunta a Danton: "o que é a República?"
Danton ficou surpreendido e não soube responder".

Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) O processo de Danton

A herança

"Liberté, Egalité, Fraternité". É isso mesmo, a célebre frase do suíço Jean-Jacques Rousseau, que se infundiu como trindade amotinadora na "Revolução Francesa", igualmente está por detrás de toda a actividade republicana em Portugal. Pode dizer-se que este movimento começou pouco menos de um século depois da Queda da Bastilha de 1789, passou pelo regicídio de 1908, e culminou com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910.

Foto 1 - Luís XVI, último rei de França

> "Está tudo pronto: o processo pode começar. Este processo que a República francesa lança como uma luva à face da Europa e das nações coligadas contra ela…". "O dia 10 de Agosto precedente foi o da verdadeira capitulação da Assembleia Legislativa perante a Comuna de Paris, que fez do soberano suspenso um cativo cuja vida passou a estar desde logo em perigo (…). A Comuna instiga à condenação impiedosa do rei". (…)
>
> "Como julgar um rei? Por quem deve Luís XVI ser julgado? O tribunal tem de se pronunciar sobre os crimes de um rei; mas o acusado já não é rei: retomou o seu título original, é homem. Se for inocente, que se justifique; se for culpado, o seu destino é servir de exemplo às nações". (…) "Para se pronunciar sobre a vida de um homem é preciso ter debaixo dos olhos os autos da acusação; é preciso ouvir o acusado se ele reclama o direito natural de ser ele próprio a falar com os seus juízes. Estas duas condições elementares, que não podem ser violadas sem injustiça, não podem ser cumpridas" (reclama Mailhe, presidente da Assembleia).

Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) Julgamento de Luis XVI, p. 41

Mas o "povo", isto é, os jacobinos e a Comuna de Paris, reclama que esse pacto é um contrato entre os cidadãos e não com o governo, porque não tem validade um contrato que não se fica obrigado. Que Luís XVI não poderia ser julgado como cidadão mas sim como rebelde, porque julgar um rei como um cidadão espantaria a posteridade. É proposta a rejeição de um tribunal ao antigo rei. "O tribunal que deve julgar Luís não é um tribunal judiciário: é um conselho, é o povo, somos nós e as leis que temos de seguir, que são as do direito das pessoas", diz Saint-Just, deputado pelo departamento do Aisne. Acrescenta ainda: "Povo, se o rei é absolvido para todo o sempre, lembra-te de que já não seremos dignos da tua confiança e poderás acusar-nos de perfídia!".[1]

[1] Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História – Julgamento de Luis XVI, p. 47

A discussão prolongou-se e houve quem afirmasse que se "foi rei, então é culpado", e ao referir-se à decapitação acrescentou que "um rei morto é apenas um homem a menos"[2]. Robespierre sentenciou de vez Luís XVI quando disse que "o voto nacional já se pronunciou, Luís XVI está julgado. Deve ser punido ou a República é uma quimera"[3]. Um ex-abade faz-se aclamar ao declarar que "é tempo de ensinar aos povos que as nações já não são propriedade dos reis e que o crime conduz os tiranos ao cadafalso. Os reis são dignos de morte no momento em que vêem a luz do dia"[4].

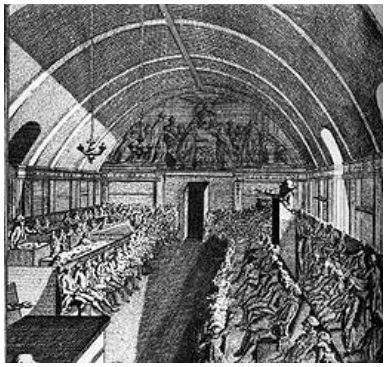


Foto 2 - Uma sessão do Clube dos Jacobinos em 1791, dentro da biblioteca dos Dominicanos (Paris)

A 19 de Janeiro a Convenção reúne pela última vez para traçar o destino do soberano, e nela ficou decidido pelo apelo nominal, em que cada um responde simplesmente por SIM ou NÃO, se queria a prorrogação ou a pena de morte.

> "O apelo nominal realiza-se em silêncio absoluto. Às 3 horas na noite de 19 para 20 de Janeiro, a contagem dá, em 690 votantes, 380 votos contra a prorrogação, 310 a favor. Desta vez Luís XVI é condenado sem salvação. A execução terá lugar dentro de vinte e quatro horas depois de ser dada notificação ao condenado".
>
> Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) Julgamento de Luis XVI, p. 143

> "No dia 21 de Janeiro de 1793, Paris desperta de cariz triste e sombrio. (…) O Conselho precisou que a carruagem do presidente da Câmara transportaria Luís Capeto ao local da execução. Esta decisão parece ter sido pouco apreciada pelos Jacobinos[5] da cidade. Furiosa ao ver que rodeavam de considerações o ex-soberano, a Comuna tomou o partido de recusar o coche do presidente em favor da carroça do carrasco. Mas o cálculo saiu-lhes errado. Diversos membros do Conselho elevaram-se contra esta decisão. Clavières, Ministro do tesouro, ofereceu a sua própria carruagem que foi aceite. Foi pois num coche fechado e não na carroça do carrasco Sanson, que Luís XVI percorreu o longo trajecto que separa o Templo da Praça da Revolução, actual Praça da Concórdia."
>
> Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) Julgamento de Luis XVI, p. 160

[2] Idem, p. 52

[3] Idem, p. 54

[4] Idem, p. 55

[5] Os Jacobinos constituíram-se, durante a Revolução Francesa, num grupo de pressão e numa rede de eficácia notável. A acção do clube jacobino, essencial desde o início de 1790, torna-se dominante entre 1792 e 1794. Nessa época, o adjectivo "*jacobino*" significava partidário da política do Comité de Salvação Pública. "É aqui que se preparou a Revolução, disse Couthon em 1793. É aqui que ela foi feita, é aqui que se prepararam todos os grandes acontecimentos".

Paris ia assistir a uma execução que não agradava ao povo, e foram tomadas algumas providências. As Forças militares foram dispostas na rua que vai do recinto do Templo até à avenida. Quatro filas de soldados lado a lado formam uma passagem. Baterias de artilharia estavam apontadas para os diferentes pontos nevrálgicos da cidade. Se alguma porta ou janela se abrisse havia ordens para disparar sobre elas. Proibição a qualquer carruagem de rolar, a qualquer pessoa de circular e interdição mesmo "às mulheres do mercado de se dirigirem aos seus lugares". Todos os que infringissem as ordens seriam considerados conspiradores e punidos com a morte. Os espiões dos comités estavam em todas as fileiras e havia enormes recompensas prometidas aos delatores. Era este o cenário no dia da execução de Luís XVI.

Foto 3 - Guilhotina da Revolução Francesa

> "À cabeça da escolta, 100 polícias a cavalo. Em frente da carruagem, rufam 12 tambores. Em volta do coche, em formação cerrada, 1200 homens armados, conduzidos por 6 comandantes da Guarda Nacional. Na retaguarda, 100 guardas nacionais a cavalo. Durante todo o trajecto, os tambores não cessam de rufar, tornando impossível qualquer conversa entre rei e o seu confessor. (…) Através dos vidros embaciados, a multidão entrevê Luís, com a cabeça baixa, mas perfeitamente calmo. Espantados, os dois guardas do coche observam este rei da França que caminha para a morte como quem vai para uma cerimónia".

Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História
(Os processos revolucionários) Julgamento de Luis XVI, p. 162

Entretanto, ainda houve várias tentativas para impedir a guilhotina a Luís XVI, e a despeito das dificuldades intransponíveis, alguns monárquicos não queriam deixar morrer o seu soberano sem tentar salvá-lo. A Comuna não ignorava que desde algumas noites se introduziam panfletos subversivos debaixo das portas, e tomou as suas providências. As autoridades revolucionárias sabiam igualmente que mulheres, actrizes e operárias foram ter com as mulheres do mercado para lhes dizer para raptarem o rei, expulsar os deputados e queimar a guilhotina. Igualmente se falou em assassinar o rei para o poupar à guilhotina. Houve várias tentativas de interceptar o coche que transportava o rei, mas foram mortos todos os que tentaram fazê-lo.

> "Às 10 horas e 15 precisas, a carruagem do condenado penetra na Praça da Revolução. (…) Vinte mil homens em armas formam o serviço de ordem. (…) Luís sobe, então, pesadamente os degraus da escada, muito direita, que conduz ao cadafalso. (…) "*Paz, tambores", grita o rei*. Os tambores obedecem ao sinal do rei e param de bater. A multidão segue com espanto esta estranha cena. Os paus dos tambores mantêm-se no ar. Luís XVI grita então numa voz potente: "*Franceses, estou inocente, perdoo aos autores da minha morte, peço a Deus que o sangue que vai ser derramado não caia nunca sobre a França! E vós, povo infeliz*…" A cavalo, com o sabre erguido, o ajudante-geral precipita-se para os tambores e dá-lhe uma ordem. Do outro lado vários ajudantes de campo carregam com os cavalos em direcção ao cadafalso e gritam a Sanson para apressar o trabalho. Um rufar brutal de tambores interrompe o rei. "*Silêncio, calai-vos!"* São as suas últimas palavras. A multidão começa a comover-se e ouvem-se algumas vozes que gritam "perdão". Já não se ouve o rei. Quatro carrascos lançam-se sobre ele, alongam-no sobre a prancha. Ele debate-se, dá um grito. No momento em que a prancha se inclina e aponta para o encaixe fatal, ele lança um grito horrível que a queda do cutelo abafa enquanto lhe arranca a cabeça. Um duplo jacto de sangue jorra. Um dos ajudantes de Sanson tira imediatamente do cesto forrado de couro aquela cabeça, como um troféu, dando a volta à plataforma com os mais atrozes gritos. A assembleia fica de início silenciosa, como que tomada de espanto. Depois soam os gritos isolados de "viva a República". Rapidamente, a praça inteira, como que sacudida por um longo

arrepio, repete a aclamação cujo eco ressoa até à sala da Convenção. Na praça, os federados, os curiosos, sobem para o cadafalso e molham as lanças, sabres, lenços, mãos no sangue. (…) Um cidadão subiu para a guilhotina e, mergulhando o braço inteiro no sangue de Capeto que se acumulava abundantemente, agarrou-o às mãos cheias e aspergiu por três vezes a multidão de espectadores que se comprimiam junto ao cadafalso para todos receber uma gota na testa. "*Irmãos! Ameaçaram-nos de que o sangue de Luís Capeto recairia sobre as nossas cabeças. Pois bem, que recaia! Luís Capeto lavou tantas vezes as suas mãos no nosso! Republicanos, o sangue de um rei traz felicidade…*"".

Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) Julgamento de Luis XVI

Foto 4 - Danton, também ele vítima da Revolução, depois de ter enviado muitos republicanos para o cadafalso, entre eles o rei Luís XVI.

Os processos revolucionários repetem-se mas não se contradizem nas suas raízes filosóficas. Os primeiros acusados a serem julgados são continuamente os representantes do antigo governo destronado; a seguir os contra-revolucionários; inúmeras vezes, seguem-se-lhes os revolucionários pouco exaltados ou que se desviam da matriz de exuberância revolucionária. Convenção Nacional, Assembleia Legislativa, Torre do Templo, Comuna Insurreccional de Paris, Jacobinos de Paris, Comissões, são nomes que por si só podem pressupor julgamentos sumários e condenações à guilhotina. Por toda a França foram auto-criadas cerca de 400 mil "comissões" que bastava uma indicação sua para que uma pessoa fosse parar ao cadafalso. Só na capital, por altura da "Comuna de Paris", estavam reconhecidas cerca de 60 mil comissões. A Revolução Francesa viu, assim, milhares de homens e mulheres irem parar ao cadafalso por motivos bastante diferentes. Fruto das denúncias dessas comissões Luis XVI ficou sem cabeça. Danton[6] que ajudou à "festa" seguiu-lhe o caminho. O mesmo aconteceu a muitos outros que depois de mandarem algumas pessoas para o cadafalso ou para os célebres afogamentos de mulheres, de Nantes, como Jean-Baptiste Cartier, seu impulsionador, que dizia que "a guilhotina era muito lenta", igualmente experimentaram no seu pescoço a lâmina afiada da guilhotina como, por exemplo, Robespierre[7] que ajudou à condenação de Luís XVI e Danton. Outros, preferiram o suicídio à guilhotina.

"A notícia da detenção de Danton e seus amigos tinha-se espalhado na véspera em Paris como um rastilho de pólvora. Primeiro céptico, o povo da capital admitiu finalmente a coisa como perfeitamente possível. Desde há meses, anos mesmo, que milhares de homens e mulheres iam para o cadafalso. Mesmo assim… Danton, o célebre Danton, o maçon da loja dos Nove Irmãos, o advogado do Conselho, o revolucionário, o representante do povo!... A notícia parece incrível, mas não o era.

Muito público veio assistir ao processo como se tratasse de um espectáculo. Veio ver o domador ser comido pelo leão. Os lobos ainda não acabaram de se comer entre si.

"São todos uns irmãos Caim", grita Danton; "As bestas gritarão viva a Republica ao ver-me passar. Mas nas revoluções, a autoridade fica nas mãos dos mais celerados…"

"Caça grossa, diz um polícia a Sanson. Catorze vezes se abate o cutelo, por catorze vezes esguicha o sangue espalhando-se sobre o chão e pelos degraus da guilhotina. Danton sobe as escadas do cadafalso e diz ao carrasco: "Mostrarás a minha cabeça ao povo; ela merece-o".

E pela décima quinta vez a lâmina cai pesadamente.

Alguns dias depois outras cabeças rolaram. Robespierre teve a mesma sorte três meses depois".

Bertin, Claude, Os Grandes Julgamentos da História (Os processos revolucionários) O Processo Danton, p. 300

[6] Bertin, Claude, Os grandes Julgamentos da História (os processos revolucionários) O Processo Danton, p171

[7] Idem, p265

"A verdade em Portugal não se chama Republica: chama-se Monarchia.
A Republica é uma verdade mysteriosa. O que é uma verdade clara é a Monarchia.
Diga-se a essa gente o que é a Monarchia e elles irão para a Republica".

in Chagas, João – "Cartas Políticas. Carta á Commissão Parochial de Canha, a propósito da resolução que tomou de fazer ler ao povo estas cartas"

Ideal republicano chegou muito cedo a Portugal

Portugal iniciou um longo período de convulsões políticas que ocupou a última metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, fazendo-o passar por cinco reis, oito presidentes da República, três Constituições, uma Carta Constitucional, meia centena de governos, muitas revoluções, imensas detenções, muitos assassinatos políticos quer de reis, presidentes da República ou de chefes do Governo, pela participação na 1.ª Guerra Mundial, pelo "Ultimatum" inglês de 11 de Janeiro de 1890, até ao culminar da Ditadura Militar de 28 de Maio de 1926, que prolongou o estado de ditadura até 1974.

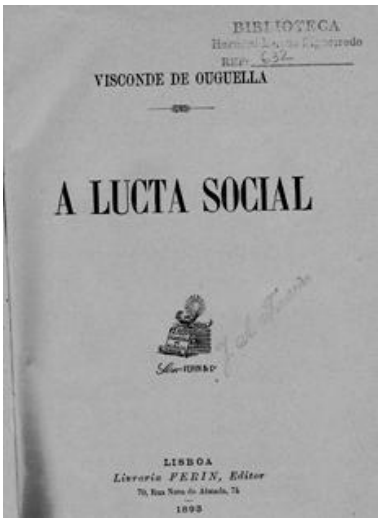


Foto 5- A Lucta Social

Em Portugal, já era latente a existência das ideias republicanas na corrente esquerdista das Cortes Gerais de 1820, assim como, a partir de 1936, no Setembrismo e, em 1846-1847, na rebelião da Patuteia[8], rebelião que integrava elementos absolutistas e populistas baseados no atraso dos meios rurais do país, mas rebelião essa originária matricialmente do jacobismo da Revolução Francesa de 1789: liberdade, igualdade e fraternidade.

Podem ser alegadas algumas influências do pensamento republicano. Uma delas, que o marcou muito foi o seu anticlericalismo. É indiferente saber se ele se deveu ao positivismo de Comte, à influência maçónica ou ao ódio popular aos padres. O anticlericalismo do republicanismo poderá ter sido, decididamente, uma inspiração maçónica, mas basicamente foi a insurreição contra a forte aliança estabelecida entre a Igreja Católica e a Carta Constitucional a partir de meados do século XIX.

O rei tinha a prorrogativa constitucional de formar governo e este era sempre formado por dois partidos monárquicos: Partido Regenerador ou Partido Reformista. Sistema a que a história chamou de "rotativismo". Os partidos menores, da chamada "oposição permanente", Partido Republicano Português e Partido Socialista Português, nunca tinham hipótese de integrar o governo.

[8] Nome dado à guerra civil que, após a Revolução da Maria da Fonte, e a ela estreitamente associado, foi desencadeada em Portugal pela demissão do governo presidido pelo Duque de Palmela e pela nomeação de um novo governo presidido pelo Duque de Saldanha.

Até 1926 muita coisa aconteceu, muita informação foi difundida em termos de Propaganda, quer a favor dos valores republicanos, quer a defender a Monarquia. Para além do que aconteceu no período de 1910 até 1926, é interessante verificarmos algumas "propagandas" ocorridas no período pré-República, pois elas foram intensas, entusiasmantes no seu conteúdo, roçando algumas vezes o surreal, o sobrenatural e o irracional. Salvo curtos períodos onde estava consagrado o direito à manifestação de opinião, tanta na Constituição de 1822[9] como na Carta Constitucional de 1826[10], a opinião das pessoas tradicionalmente era manifestada através da imprensa. Com a existência da censura prévia tornava-se difícil os políticos fazerem passar a sua mensagem, mesmo que fosse para uma minoria letrada, e sobretudo da capital. Recordamos que na época, em Lisboa a taxa de analfabetismo rondava os noventa porcento, pelo que toda a informação disponível na imprensa era dirigida a uma classe letrada, minoritária, a aristocracia e parte da burguesia, industriais e comerciantes, principalmente.

Foto 6 – Referencia ao decreto de 29/3/1890 – "Lei da Rolha" (Rafael Bordalo Pinheiro)

Segundo Tengarrinha, "a aprovação da Carta Constitucional em 1826 voltou a ressuscitar o movimento jornalístico nesse ano, tendo sido criadas quarenta e oito publicações, número que em 1829 caiu vertiginosamente para seis".

> "Neste período de revoltas a imprensa foi muito afectada, com a suspensão de muitos jornais, e os pasquins, panfletos e folhas soltas constituíam então o principal meio de propaganda e agitação política".
>
> in José Tengarrinha, "Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subversiva", Edições Colibri, (1993) Lisboa

A instabilidade política que se vivia entre 1834 e 1851 foi benéfica à actividade jornalística, favorecida pela confusão revolucionária e pela necessidade de difundir as ideias das partes. Os jornais adoptaram uma postura comprometida com as tendências políticas no terreno e contribuíram, assim, para manter uma viva polémica sobre o momento.

[9] "A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar. " - Constituição de 1822 - Art.º 7, Capítulo Único, Título I, Dos Direitos e Deveres Individuais dos Portugueses.

[10] "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicados pela Imprensa sem dependência de Censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar." Carta Constitucional de 1826, Título VIII, Art.º 145, §3.º.

"A Maçonaria portuguesa patrocinou a constituição da Carbonária,
alavanca decisiva da Revolução de 5 de Outubro de 1910.
A obra da Revolução Portuguesa também à Maçonaria se deve, única e exclusivamente"

Machado de Castro, chefe da Carbonária, in sítio oficial do Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa

Como a Igreja via a Maçonaria

A Maçonaria sempre foi vista pelos apoiantes da Monarquia como a grande impulsionadora dos valores republicanos, e bem cedo começaram a manifestar-se. Interessante ver como, em meados do século XIX, alguns representantes da Igreja Católica compreendiam os valores implícitos nas palavras "Liberdade, Igualdade e Fraternidade":

Foto 7 - Revolução da Maria da Fonte

> "A Maçonaria é a continuação cá na terra da rebelião de Lucifer[11] no céo contra Deus, manifestada lá pelas três seguintes expressões, as mais arrogantes, dictadas pela inveja e pela soberba, a que correspondem cá três palavras com a mesma significação.
> 1.ª – Não obedecerei[12]: a que corresponde cá a palavra "**liberdade**" que maçonicamente significa pensar e obedecer com independencia absoluta de toda a authoridade divina e humana, que não seja da seita. A liberdade maçónica é pois a alforria completa do homem, que rompeu todos os laços do seu captiveiro e se soltou de todas as cadêas physycas e moraes, de todas as cadêas da terra e de todas as cadêas do céo. É a emancipação completa da humanidade. O livre pensamento é o princípio fundamental da Maçonaria[13]. (…)
> Antes da ideia nova, ou progresso do diabo, aquelle a quem a consciencia advertia, por exemplo, que a propriedade pertencia de direito ao que a tivesse conseguido pelo seu trabalho, por herança, ou doação, via com os olhos da alma, ou com a rasão, que isto era justo, e, vendo-o assim, não podia vel-o ao mesmo tempo como injusto, por ser opposto á rasão. Agora porém, como as paixões gritam desafogadamente por falta de temor de Deus, e asseveram ao preguiçoso, que a propriedade não deve pertencer ao que a adquiriu pelo seu trabalho, porque, se trabalhou, foi por não ter paciencia de estar ocioso, mas a ele, que gosta da ociosidade, e o trabalho lhe é insupportavel, vê pela advertencia da consciencia, que ella pertence de direito ao que a agenciou com o seu suor, e vê ao mesmo tempo, pela grita das paixões, que lhe pertence a si, e que no poder do outro é roubo.

[11] Segundo a Igreja Católica, Lúcifer era o mais forte e o mais belo de todos os querubins, os segundos na hierarquia dos anjos celestes. Então, Deus deu-lhe uma posição de destaque. Lúcifer tornou-se orgulhoso do seu poder, e não aceitou servir o filho de Deus, "O Homem", e revoltou-se contra Deus. O Arcanjo Miguel liderou as hostes de Deus na luta contra Lúcifer e suas legiões de anjos revoltosos. Desde então o mundo vive uma guerra eterna entre Deus e o diabo. De um lado Lúcifer e suas legiões tentam corromper o Homem; do outro lado Deus, os anjos, arcanjos, querubins e santos travam batalhas diárias contra as forças de Lúcifer. Lúcifer pode variar a sua aparência e acredita-se que ele, agora chamado de diabo, pode assumir a forma que desejar, podendo fazer-se passar por qualquer pessoa.
[12] non serviam (Jerem. C. 2. V. 20).
[13] A. N. 1. P. 408. – Cadêa d'União 1865.

2.ª – Serei semelhante ao Altíssimo, ou igual a elle[14]: a que corresponde cá a palavra "**igualdade**" que maçonicamente significa, porem-se os pequenos e despresiveis a par dos grandes em honras, em dignidades e em riqueza. A igualdade catholica é uma virtude, filha da humildade christã, que induz os grandes a fazerem-se pequenos com os pequenos, para os aliviar nas suas afflicções, e socorrer nas suas necessidades, a exemplo do divino Mestre que dizia "aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração"[15]. A igualdade maçónica pelo contrario é um vício, filho da avareza, da inveja e da soberba, que excita os pequenos a opprimirem e violentarem os grandes, e apossar-se do que elles tem, para lhes tomarem o logar, a exemplo de Lucifer, que procurou fazer-se grande como Deus, e usurpar-lhe o poder.

N.º 1 1848
O REGENERADOR
LIBERDADE REGENERAÇÃO FRATERNIDADE
JORNAL DO POVO.
O REGENERADOR.
LISBOA 16 D'ABRIL DE 1848.

Foto 8 - "O Regenerador" (1848)

As palavras maçónicas pois exprimem sempre o contrario do que significam naturalmente. Foi esta a rasão porque Gambêta, republicano decidido, e um dos que mais pregavam a igualdade, logo que se carregou de milhões pelo roubo enormíssimo, que fez á França, passou a tractar-se com maior luxo do que qualquer príncipe dos mais distinctos do mundo, e não consta que se lembrasse nunca com um unico ceitil nem mesmo dos pobres miseráveis, seus irmãos fraternos da fraternidade maçónica, que o ajudaram a fazel-o. Este tem sido sempre também o proceder de todos os outros grandalhões da liberdade liberal em todo o mundo, e nunca até hoje os parvos, que os tem ajudado a subir ao poder, para lá se enriquecerem á custa do povo, de tal se tem queixado. Sempre é forte cegueira!!! E assim mesmo não deixam estes malucos de continuar com a sua cantiga desconcertada, rouquenha e ímpia – viva a liberdade.

3.ª – Exaltarei o meu throno acima dos astros de Deus, assentar-me-hei no monte do testamento[16]: a que corresponde cá a palavra "**fraternidade**" – que maçonicamente significa levar tudo a ferro e fogo até os irmãos mações subirem ao poder, e dominarem sobre todos e sobre tudo em todo o mundo, ainda que para isso seja preciso mandar um milhão de homens para o cemitério, ou mais ainda, como fizeram na primeira republica francesa de 93, e depois na comuna de Pariz, assim como em todas as mais partes onde se apoderaram do governo, sem dever considerar-se como excesso um tal facto, como os próprios irmãos mações publicam nos seus escriptos, e com o seu proceder horrendo em todas as nações onde usurparam o poder pela violência e traição.

in "Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte",
Padre Casimiro, 1884 (Braga), p322

[14] "similis ero Altissimo" (Isai. C. 14. V. 14).

[15] "discite á me, quia mitis sum et humilis corde" (Math. C. 11. V. 29).

[16] "super Astra Dei exaltabo solium meum, sedebo in monte Testamenti (Isai. C. 14. V. 13).

"Somos republicanos, queremos a republica.
Somos christãos, adoramos o crucifixo.
Sobre as ruínas d'um throno cravaremos o estandarte do povo".

in Jornal "O Republicano"

República e Igreja "lado-a-lado"

Reinava em Portugal D. Maria II e já eram fortes os apelos à República. Nesta altura era o cabralismo que ditava a lei. Costa Cabral entrou para a Maçonaria, fazendo parte da loja Emigração Renovadora, da qual foi expulso um ano depois, ingressando de seguida na loja União. Teve uma progressão rápida e chegou em 1841 a grão-metre do Grande Oriente Lusitano. Por causa da Revolução da Maria da Fonte foi demitido do governo e teve que se exilar em Madrid. Foi o fim do cabralismo e o início no poder do Partido Regenerador, período que durou 17 anos. Foi um período de grande contestação à realeza, com intervenções muito duras, sobretudo através dos jornais, que eram em grande número por todo o país. Declaradamente republicanos havia "A Alvorada", "A Fraternidade", "A Republica", "É Tarde", "O Regenerador" e "O Republicano".

NUMERO 1. (Maio 8.) ANNO 1848.

A
FRATERNIDADE

Aquelle que não ama seu irmão é sete vezes maldito, e aquelle que se faz inimigo de seu irmão é maldito setenta vezes sete. Amai-vos uns aos outros, e não tremereis nem aos grandes nem aos reis. Se elles tem força contra vós é só porque são adoptados malditos, e por vós são amarrados como irmãos uns aos outros.

(De um livro sagrado.)

Povo! ouvi a palavra de um irmão vosso; de um homem como vós calcado e opprimido; a quem curam as faces de vergonha, a quem o coração bate de despeito, ao vêr ainda erguido esse throno, calçado com as cabeças de nossos irmãos; abrilhantado com ossanguinolentos trophéus de Torres Vedras e Vai-Passos!!

Povo! ouvi as palavras do vosso irmão o infelizes; escripto no remanso da Igreja por um sacerdote do Christo; copiei, para que muitas vezes as lesses, estas divinas palavras. « Aquelle que não ama seu irmão é sete vezes maldito, e aquelle que se faz inimigo de seu irmão é maldito setenta vezes sete. » Malditos, setenta vezes sete, é a rainha e seus devassos cortesãos; é essa côrte dissoluta e immoral, que olha para o Povo seu irmão, como rêses costolas para o sacrificio immundo de suas ambições de momento! Setenta vezes sete maldita, é essa mulher, que descendo do throno que nós lhe tinhamos dado a troco de largas e profundas feridas, foi mendigar do estrangeiro que lhe emprestasse a corda e o cutello, com que depois nos degolou, rindo de pés por cercarnos, como o Judas ao receber os trinta dinheiros, por cujo mesquinho preço havia vendido a cabeça de seu di-

Foto 9 - A Fraternidade nr 1 - 1848

> "…Povo! Ouvi as palavras do vosso irmão, a quem essa senhora sem coração, que se diz rainha dos Portugueses, enterrou em fundos cárceres, a quem negou o pão, que Deos deu para todos; a quem fez rojar nesta terra de homens livres, os pesadíssimos ferros da escravidão e do opprobrio!" (…) "Povo! De um livro sagrado pelas lágrimas de muitos operários abatidos e infelizes; escripto no remanso da Igreja por um sacerdote de Christo; copiei, para que muitas vezes as lesses, estas divinas palavras". (…) Amai-vos uns aos outros, e não tremereis aos grandes, nem aos reis. Aqui tens nestas palavras do ungido do Senhor, a expplicação da lei natural, a nobreza de todo o ente criado; O resultado legitimo e verdadeiro da bem entendida fraternidade. Juntemo-nos em volta deste principio que é sagrado porque veio de Deos" Pois bem, sejamos francos. Nós queremos a LIBERDADE como ainda a não tivemos na nossa terra; a IGUALDADE como a ensinam e a preservam os livros de Deos; a FRATERNIDADE como há pouco a descreveu pela bocca insuspeita de um ministro da nossa religião. Queremos tudo isso.
> Viva a República.
> Viva a religião do nosso país.
> Abaixo a rainha e toda a sua descendência"
>
> in "Jornal A Fraternidade, nr. 1, de 8 de Maio de 1848"

Interessante ver a ligação dos valores republicanos com os valores da igreja. Por convicção ou por estratégia retórica, pois a população portuguesa era maioritariamente católica, a verdade é que esse apelo era constante no tipo de propaganda republicana utilizada.

> "Depois do combate iremos em procissão enterrar a bandeira azul e branca que já não é nossa: e em seu logar arvoraremos a bandeira que os reis não juram; que os tyranos temem; mas que Deos abençoa, por que a sua lenda, traduzida das santas paginas do Evangelho é a seguinte: LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE! Povo! Por estas três divinas palavras morreu n'uma cruz o filho de Deos, ressuscitando depois; como ressuscitará também o Povo regenerado, mao grado aos esforços dos dominadores da terra".
>
> in "Jornal A Fraternidade, nr. 1, de 8 de Maio de 1848"

Palavras de um soldado:

"...Eu, meu senhor, não sei o que é a Republica, mas não póde deixar de ser uma cousa santa. Nunca na egreja sentí um calafrio assim.
Perdí a cabeça então, como os outros todos.
Todos a perdemos.
Atirámos então as barretinas ao ar.
Gritámos então todos: Viva! viva, viva a Republica!..."

in «Manifesto dos Emigrados da Revolução do Porto de 31 de Janeiro de 1891

O apelo a todas as classes

O movimento republicano pretendia-se transversal a toda a população, fosse ela da cidade ou do interior, pertencesse ela à aristocracia, à burguesia ou ao campo, fosse ela católica ou ateia. Tudo servia para alimentar a contestação à monarquia. Se não foi assim, pelo menos foi assim que o apelo republicano chegou a todo o lado.

NUMERO 1. ANNO 1848.

O REPUBLICANO.

Desgraçada de ti, filha de Babylonia! Bemaventurado aquelle, que te der a paga de todos os males que tu nos fizeste padecer.

S. C. XXXVI. v. 8.

LANCEMOS por terra as vestes enganosas que nos cobrem, calquemos aos pés essas roupagens da hypocrisia — francos e leaes saudemos o iris da gloria que desponta no Oriente.

Somos republicanos, queremos republica.

Somos christãos, adoramos o crucificado.

Não ha consideração que nos detenha, não ha obstaculo que nos embarace. Sobre as ruinas d'um throno cravaremos o estandarte do povo.

Não fazemos distincções, não prefe-

A cruzada dos povos contra os reis vai findar. Não ha um so throno que não estremeça, não ha uma só coroa que não tenha estallado.

A emancipação dos povos vai ser proclamada em todo o Universo.

Os nossos dogmas politicos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Povo! Tende fé na mocidade, ajudai essa cohorte valente e illustrada que se levanta a defender os vossos direitos. Tende fé nesses moços que seellados na fronte com a inspiração do engenho, e da liberdade se preparam para essa luta tremenda em que se vão decidir os vossos destinos.

Os cabraes, esses aulicos vis e devassos dictam-vos a lei nos paços reaes, esses homens de facção mareados pelo Omnipotente com o seeldo indelevel dos

Foto 10 - O Republicano nr. 1 - 1848

"…Não fazemos distincções, não preferimos este ou aquelle, todos os homens são nossos irmãos, todos tem direito a seguir-nos, todos podem invocar o nosso auxilio. Fraternidade dizemos nós. (…)

Lafayette era um nobre, e Lafayette foi general do povo.
Mirabeau era um nobre, e Mirabeau foi o tribuno dos revolucionarios.

Com a crença do individualismo e com a seita do atheismo devíamos perecer.
Com a crença da fraternidade e com a religião de Jesus somos invencíveis.
Temos a protecção do nosso Deos, e o amor dos nossos irmãos".

A Cruzada dos povos contra os reis vai findar. Não há um so throno que não estremeça, não há uma só coroa que não tenha estallado.

A emancipação dos povos vai ser proclamada em todo o Universo.

Os nossos dogmas políticos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

in jornal "O Republicano", nr.1 (1848)

"Tendes receio de levantar o grito da Republica no meio da capital? Atterram-vos esses milhares d'instrumentos, sustentadores do roubo, do assassinato, da prostituição, do throno, e do deboche?

Declarai á face do mundo a vossa fraqueza, e tomai a deliberação de vos unirdes aos homens valentes, aos provincianos, a quem o apartamento do ar corrupto da corte tem habituado ao soffrimento, e á intrepidez.

Ide, e sem demora, e os novos vos receberão, e ajudarão."

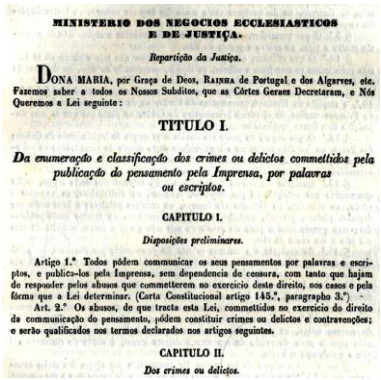
In jornal "O Republicano", nr. 8 de 1848

”Por teu mandato, sim monstro infernal; nem outra cousa se póde concluir do teu silencio profundo, quando até as paredes do teu palácio já foram salpicadas de sangue inocente… Só tu és a culpada. O que é o Saldanha? O que é o teu amante Cabral? O que são os teus Ministros? Cegos instrumentos dos teus mandatos. E ainda te não fartaste monstro?!”

in Jornal “O Republicano” nr. 8

A “Lei da Rolha”

Nos artigos de fundos dos jornais “A República” e de “O Republicano” a rainha D. Maria II era seriamente maltratada, sendo submetida àquilo a que se poderia chamar “tribunal da razão do povo”, que acabava por a condenar “a ser expulsa de Portugal com toda a sua descendência”, à perda de todos os direitos à coroa e a “poder ser morta, ela, ou todo aquele que se revolucionar contra esta sentença, sem que para tal possa ser punido qualquer cidadão que o cometer”. Todo este “alarido” republicano obviamente que não agradava à corte de D. Maria II, e daí a existência de fortes regulamentações para toda a propaganda. Novas restrições contra a liberdade de imprensa apareceram em decreto de 3 de Agosto de 1850 com a chamada “Lei da Rolha”, que determinava multas e penas de prisão para jornalistas, e a fixação que o governo podia fechar qualquer jornal se visse sinais de que as suas informações alteravam a ordem pública.



MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA.

Repartição da Justiça.

DONA MARIA, por Graça de Deos, RAINHA de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que as Côrtes Geraes Decretaram, e Nós Queremos a Lei seguinte:

TITULO I.

Da enumeração e classificação dos crimes ou delictos commettidos pela publicação do pensamento pela Imprensa, por palavras ou escriptos.

CAPITULO I.

Disposições preliminares.

Artigo 1.° Todos pódem communicar os seus pensamentos por palavras e escriptos, e publica-los pela Imprensa, sem dependencia de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito, nos casos e pela fórma que a Lei determinar. (Carta Constitucional artigo 145.°, paragrapho 3.°)

Art. 2.° Os abusos, de que tracta esta Lei, commettidos no exercicio do direito da communicação do pensamento, pódem constituir crimes ou delictos e contravenções; e serão qualificados nos termos declarados nos artigos seguintes.

CAPITULO II.

Dos crimes ou delictos.

Foto 11 - “Lei da Rolha”, 3 de Outubro de 1850

“(…)

Art.º 1.º - Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras e escriptos, e publica-los pela Imprensa, sem dependência de censura, com tanto que ham de responder pelos abusos (…)

Art.º 3.º - Commette crime ou delicto pela publicação do pensamento:

§1.º - O que negar, ou pozer em duvida algum dogma definido pela Igreja Catholica, ou defender, como dogma, doutrinas condemnadas pela mesma Igreja.

(…)

§5.º - O que fizer acto de adherencia ou de reconhecimento de qualquer forma de Governo, que não seja a estabelecida na Carta Constitucional, ou attribuir direitos ao Trono de Portugal a outrem, que não seja a RAINHA, a Senhora DONA MARIA SEGUNDA (…)

(…)

§10.º - O que offender, ou injuriar o Rei, qualquer que seja a forma ou os termos pelos quaes se manifeste a offensa ou injuria.

(…)

§13.º - Qualquer dos crimes declarados nos §§ antecedentes, se for commetido por escripto, ou por impresso, vendidos, ou distribuídos, ou expostos á venda, ou affixados, ou expostos em logares, ou reuniões públicas, e bem assim por desenho, pintura, gravura, medalha, estampa, ou emblema do mesmo modo publicados; será punido com a pena de prisão de seis meses a três annos, e multa de cem mil réis a um conto de réis”.

in Decreto das Cortes Gerais, em Sinta, 3 de Agosto de 1850

"Precisaes de armamento? Pois bem é fácil de adquirir, formem-se commissões de povo que marche imponente ao Arsenal e á Fundição que ahi encontrarão tudo que lhe é necessário, depois coragem e valor!"

in "Brado Revolucionário contra o despotismo Monarchico", 1881

"Viva emfim a Republica!"

Várias vezes a República pareceu que ia acontecer, mas sempre foram oportunidades malogradas.

Foto 12 - O Voto Livre

"Manuel d'Arriaga é um dos tribunos mais brilhantes e mais honestos do nosso paiz. A sua palavra elevada, ardente, posta ao serviço d'uma limpida consciencia e d'um honesto caracter, arrebata e arrasta pelo calor do colorido, e pela força da verdade.
Devemos seguil-o! Quando d'este charco immundo e asphixiante um homem tem força para se elevar até ao respeito e á admiração — esse homem é superior e é grande!
A sua propaganda tem sido franca e sincera como deve ser a propaganda d'um republicano. Pois bem! Que o povo comprehenda por uma vez que esse homem tem de ir forçosamente á camara dos representantes da nação, para ali dizer as verdades que se occultam e para ali ter o povo o procurador de que necessita. A' urna pelo respeitavel democrata e pelo brilhante tribuno! A urna por Manuel d'Arriaga!
Isto é um dever, é mais que um dever: é urna obrigação! Uma intelligencia tao culta que n'um grupo de conservadores chegaria aos mais elevados cargos do paiz, que se sacrifica exclusivamente pelo engrandecimento das classes populares, tem a esperar d'essas classes a remuneração para o seu trabalho expontaneo. Essa remuneração é o seu VOTO LIVRE. Á urna pois pelo distincto advogado!..."

in "O Voto Livre", Bordallo Pinheiro, 1881

"Desprezará essas falsas promessas dos especuladores *da* monarchia, e correrá á urna pelo pugnador do Povo, pelo deputado Republicano, pelo illustre cidadão Magalhaes Lima.
O Povo, por isso, nao é rude como esses senhores lhe chamam e como o querem fazer. Nao.
O Povo já tem a consciencia dos seus direitos, já sabe que não deve ser escravo, que não deve estar sob o jugo d'essa cafua que o pretende escravisar, e roubar-lhe o sangue.
E portanto, tendo quem o anime, quem o instigue a pugnar pelos seus direitos, o Povo revolucionar-se-ha e mostrará que nao eh o *Zé Povínho,* com o lhe chamam, mas sim o heroico Povo Portuguez, que se vê oprimido e que quer respirar livre. Oxalá pudessem as nossas palavras produzir esse effeito, instigal-os á revolta. Devemos, em breve, correr á lucta, pelo Povo pelo bem estar do paiz!
Tomae por base as palavras:
Abaixo o clero!
Abaixo o despotismo!
Abaixo as leis tyrannicas!
Abaixo as infames perseguições!
Abaixo a realeza envilecida!
Abaixo as instituições despoticas!
Viva a nossa indepencia!
Viva a liberdade!
Viva emfim a Republica!"

In "Brado Revolucionário contra o Despotismo Monarchico", 1881

"A guerra de Portugal à Inglaterra deve concentrar-se agora na Guerra de Portugal ao inglês". Fim às importações de produtos e máquinas inglesas: eliminemos para sempre esse traiçoeiro País das nossas relações comerciais, tão rápido quanto possível".

in Rafael Bordalo Pinheiro, proposta no "Zé Povinho"

O "Ultimatum" de 1890 e as suas consequências

Perante a apetência das potências europeias por África, Portugal teve que definir uma nova política africana, baseada no "direito histórico", o que se veio a mostrar insuficiente, pelo que a presença portuguesa teve que ir, para além das possessões litorais, em direcção ao interior. Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto foram protagonistas de várias expedições que consolidaram esse "direito histórico" de Portugal em África.

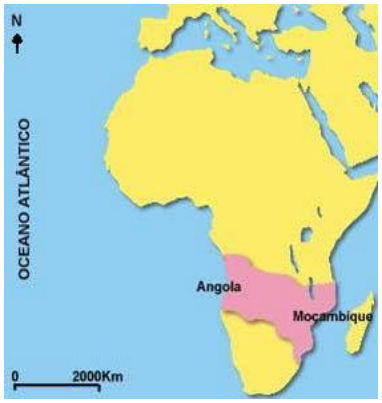


Foto 13 - Mapa-cor-de-rosa

Entretanto a Grã-Bretanha aceitou unilateralmente as reivindicações de Portugal sobre o controlo da foz do Rio Congo, e este facto desagradou às potências europeias, pelo que estas convocaram a Conferência de Berlim, realizada em 1884 e 1885, de onde emanou um "Novo Direito Público Colonial", que consagrava o reconhecimento da soberania em África pela ocupação efectiva, em prejuízo dos direitos históricos. Daqui resultou a partilha do continente entre as potências europeias e novas regras para a corrida a África. Portugal saiu prejudicado com esta nova política africana. No entanto, percebeu a urgência de delimitar as suas possessões em África e começou a negociar com a França e Alemanha, com quem estabeleceu acordos positivos. A Grã-Bretanha quando foi informada destes acordos logo os declarou inválidos. Na verdade os interesses de Portugal entravam em conflito com o projecto inglês de unir, por caminho-de-ferro, o Cairo e a Cidade do Cabo.

E assim, em 1890, a Inglaterra "exigiu" que os portugueses retirassem as suas forças militares, chefiadas por Serpa Pinto, do território compreendido entre Angola e Moçambique, e que Portugal tinha incluído no mapa cor-de-rosa. Portugal cedeu às exigências britânicas, facto que foi visto como uma humilhação nacional e que os historiadores e políticos portugueses consideram "a acção mais escandalosa e infame da Grã-Bretanha contra o seu antigo aliado". O rei D. Carlos I foi acusado deste desfecho, e o seu governo caiu. A partir daí os republicanos nunca mais deram descanso à monarquia, até à implantação da República.

Também o "Ultimatum" foi a causa principal do êxodo para o Partido Republicano de muitas pessoas que até aí tinham servido os partidos monárquicos com dedicação e boa-fé. Entre muitos homens da imprensa que fizeram esse percurso, estava o publicista João Chagas que, mais tarde foi condenado, a trabalhos forçados, por delito de opinião, ao criticar duramente a cedência do governo português ao "ultimatum" inglês.

> "*Meu caro amigo*:
> Não me convindo continuar a collaborar em jornaes da imprensa monarchica, nos quaes, aliás, tenho tido apenas collaboração litteraria, peço a v... me julgue desde hoje desligado da redacção d'essa folha.
> Aproveito o ensejo para lhe agradecer as provas de consideração que constantemente me tem dispensado.
> Seu amigo e collega: *João Chagas*."

Carta ao jornal "*Correio da Noite*", 20 de Fevereiro de 1890

A situação política estava ao rubro. A contestação generalizou-se, e daí até à Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 foi um ápice.

Um ano após o "Ultimatum" inglês, o Partido Republicano Português publicava um manifesto que precedeu de três semanas a revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891. À repressão subsequente seguiu-se a acusação de que o PRP estaria implicado nela, pelo que levou a direcção do partido a desistir das eleições futuras "face às fracas possibilidades de êxito". Preferiu organizar-se, com comissões políticas paroquias, municipais e distritais.

Foto 14 - Azedo Gneco, do Partido Socialista Português, num comício republicano realizado a 1 de Maio de 1907 no antigo recinto do Teatro do Rato (Lisboa).

> "Por espaço d'um anno, a agitação popular, que essa chicotada diplomatica provocara nos primeiros instantes — agitação que, no dizer de João Chagas, trouxera pela primeira vez para a rua, a manifestarem-se, «homens graves e de chapeu alto» — por espaço d'um anno, repetimos, essa agitação minou profundamente diversas camadas sociaes e fez augmentar por uma forma extraordinaria o descontentamento da nação, a sua hostilidade contra o regimen monarchico e o soberano. (…)
>
> A dignidade da nação, o seu anceio fervoroso de que o *ultimatum* obrigasse a politica governativa a mudar de processos, a trabalhar com seriedade, uma e outro foram espesinhados pelo empenho dos aulicos da monarchia em precavel-a da marcha progressiva das ideias democraticas."
>
> in Jorge D' Abreu, "A Revolução Portuguesa – O 31 de Janeiro"

Aos contínuos ataques à realeza portuguesa, surgem as primeiras críticas à aliança com a Inglaterra. Revoltas falhadas, como a de 28 de Janeiro de 1908, "Intentona do Elevador da Biblioteca", manifestações e numeroso comícios republicanos, motins no Tejo, nos cruzadores D. Carlos e Vasco da Gama, e diversas prisões e condenações precipitaram o regicídio.

Entretanto, novos dados históricos surgem fruto de muitas investigações efectuadas por alguns jornalistas. Por exemplo, em Junho de 2004, Eduardo Nobre escreve na ÚNICA, revista do semanário Expresso:

> "Em finais de 1907, por ocasião do Congresso da Imprensa realizado em Paris, um grupo de políticos portugueses reunira-se com revolucionários franceses. Dos encontros, realizados no café Brébant, no Boulevard Poissoniére, resultara o plano de liquidação do chefe do Governo português. Gorada a revolta, o grupo a que estava confiada a missão de liquidar João Franco, reúne-se de emergência na Quinta do Ché, aos Olivais, onde na madrugada de 1 de Fevereiro, se assenta na decisão de manter a premência de um atentado. O investimento financeiro na tentativa revolucionária fora de monta, incluía a compra de armamento. Havia outros nomes implicados além dos que estavam presos ou em fuga, como era o caso de José Maria de Alpoim.
>
> Mas também sabemos hoje que essa não foi a única reunião do grupo dos matadores. Várias outras, e em dias sucessivos, permitiram escolher os atiradores e afinar um palco que permitisse levar a termo um dos mais violentos atentados do século XX.
>
> in Eduardo Nobre, ÚNICA, Junho 2004

"É preciso não ver em D. Carlos um déspota e em Buiça um anarchista.
O rasgo de ambos merece ser olhado de mais alto, e vale bem a pena de algum esforço de compreensão para o medir em toda a pujança e larguêsa."

In "O Occidente", 10 de Fevereiro de 1908

O Regicídio

A 1 de Fevereiro de 1908, na Praça do Comércio, em Lisboa, dá-se o Regicídio, acontecimento que marcou profundamente a História de Portugal, dado que dele resultou o assassínio do Rei D. Carlos I e do seu filho e herdeiro ao trono, o Príncipe Luís Filipe. A revista ilustrada "O Occidente", de 10 de Fevereiro de 2008, retratava assim o regicídio: [17]

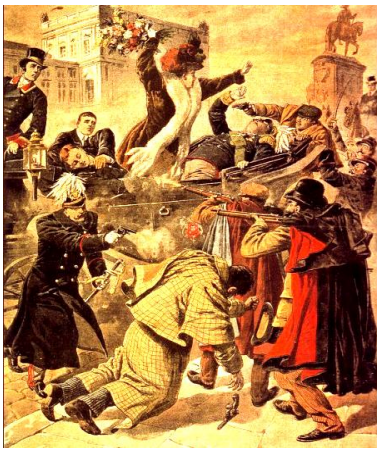


Foto 15 – Uma das imagens mais expressivas do regicídio: o atentado visto pelos ilustradores do "Petit Journal", publicado em Paris

> "Quando a carruagem real ia a dar a volta para a passagem que da praça do Comercio vae á praça do Município, sahiu ali, d'entre o raro povo que estacionava nos passeios do lado da praça e rua Aurea, um homem de estatura regular, de barba toda preta, tirando de uma carabina que trazia escondida debaixo do casaco comprido que vestia, a apontou á carruagem real desfechando inopinadamente o primeiro tiro e acto continuo outro e não se sabe mais quantos, atingindo El-Rei D. Carlos que logo tombou sobre a Rainha, que ia a seu lado. Ao mesmo tempo um outro homem ainda novo se acercou da carruagem e desfechou três tiros de revolver sobre o Princepe Real, que tombou mortalmente ferido, disparando-se ainda mais tiros um dos quaes feriu de raspão o sr. Infante D. Manuel no ante braço esquerdo, mas sem gravidade."

O mesmo acontecimento era assim relatado pela "Illustração Portugueza" de 17 de Fevereiro de 1908:

> "Quando o trem passava em frente do último arco da arcada do ministério da fazenda, alguns indivíduos, que se destacavam do grupo do povo agglomerado, avançaram na sua direcção, e dispararam sobre el-rei e sobre o príncipe vários tiros de revolver e de carabina, ficando ambos feridos mortalmente, e expirando o sr. D. Carlos na mesma occasião e o sr. D. Luiz Filippe quando a carruagem entrava a porta do Arsenal. Os principais auctores do attentado foram na mesma occasião mortos á cutilada e tiro pela policia."

Por sua vez, D. Manuel, a 21 de Maio de 1908, também descreveu o homicídio dos seus familiares.

> "Sahimos da estação bastante devagar. (…) quando se ouvio o primeiro tiro no Terreiro do Paço, mas que eu não ouvi: era sem duvida um signal: signal para começar aquella monstrosidade infame, porque pode-se dizer e digo que foi o signal para começar a batida. Foi a mesma coisa do que se faz n'uma batida às feras: sabe-se que tem de passar por caminho certo: quando entra n'esse caminho dá-se o signal e começa o fogo! Infames! Eu estava olhando para o lado da estatua de D. José e vi um homem de barba preta, com um grande "gabão".

[17] O regicídio do rei D. Carlos I e do príncipe Luís Filipe foi tanto ou mais falado no mundo como terá sido, anos mais tarde, o assassínio de Francisco Fernando, em Sarajevo, que resultou na Primeira Grande Guerra de 1914-1918.

Vi esse homem abrir a capa e tirar uma carabina. Eu estava tão longe de pensar n'um horror d'estes que me disse para mim mesmo, sabendo o estado exaltação em que isto tudo estava "que má brincadeira". O homem sahiu do passeio e veio se pôr atraz da carruagem e começou a fazer fogo.

Quando vi o tal homem das barbas que tinha uma cara de meter medo, apontar sobre a carruagem percebi bem, infelizmente o que era. Meu Deus que horror. O que então se passou. Só Deus minha Mãe e eu sabemos; porque mesmo o meu querido e chorado Irmão presenceou poucos segundos porque instantes depois também era varado pelas balas. (…)

Foto 16 - Café Gelo, local de onde saíram, em 1 de Fevereiro, os autores do Regicídio

Imediatamente depois do Buíça começar a fazer fogo saiu de debaixo da Arcada do Ministério um outro homem que desfechou uns poucos de tiros à queima-roupa sobre o meu Pai; uma das balas entrou pelas costas e outra pela nuca, que o matou instantaneamente. Que infames! Para completarem a sua atroz malvadez e sua medonha covardia fizeram fogo pelas costas. Depois disto não me lembro quase do resto: foi tão rápido! Lembra-me perfeitamente de ver a minha adorada e heróica Mãe de pé na carruagem com um ramo de flores na mão gritando àqueles malvados animais, porque aqueles não são gente. «Infames, infames». "

in Baêna, Miguel Sanches (1990) Lisboa, "Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio", Alfa

Mais tarde, o jornalista Eduardo Nobre, fruto da sua investigação sobre o regicídio, relata-o assim:

"Do centro da praça ouve-se um primeiro tiro. Era o sinal para começar a fuzilaria. O infante D. Manuel olha na direcção da estátua de D. José e repara num homem de largas barbas negras que, na borda do passeio, retira uma carabina de sob a longa capa que o envolve. É Manuel dos Reis Buiça, que corre para o meio da rua, atira a capa para os ombros, põe um joelho em terra e mete à cara a carabina Winchester.

A carruagem está a menos de dez metros e a gola vermelha do capote militar de D. Carlos oferece-lhe um inesperado ponto de referência. Atirador de elite, Buiça não erra o alvo. A bala, de grande calibre, fractura a coluna vertebral do Rei, atravessa-lhe o corpo e sai pelo maxilar inferior, logo abaixo do rebordo do osso. D. Carlos ainda esboça o gesto de levar as mãos ao pescoço, mas logo se lhe abatem os braços, enquanto a cabeça descai sobre o peito. Está morto. Buiça dispara de imediato um segundo tiro, que atravessa o ombro do capote do Rei, destrói a charlateira do cordão de oiro entrançado da farda de generalíssimo. A força do impacto imprime uma rotação ao corpo do Rei, que descai sobre a direita, tombando sobre D. Amélia.

Partem das arcadas os tiros de pequeno calibre disparados na direcção dos príncipes, que ocupam o banco da frente. Dois deles atravessam a porta lateral do landau. Da placa central da praça, outro dos conspiradores, provavelmente José Maria Nunes, faz fogo. Os disparos, visando alto, deixam marcas nas colunas. Alfredo Luís da Costa, corre das arcadas para o landau, de pistola em punho. Mete o pé ao estribo esquerdo e ergue-se à altura dos ocupantes. A sequência da tragédia mede-se em segundos. D. Amélia e o príncipe D. Luís Filipe levantam-se. O corpo inerte de D. Carlos tomba no banco. Costa dispara à queima-roupa. Uma bala penetra nas costas do rei, um pouco abaixo da omoplata direita. Volta-se então para o príncipe real. Apesar de a rainha o fustigar desesperadamente com o seu ramo de flores, gritando "infames! Infames!", Costa dispara sobre D. Luís Filipe, atingindo-o em cheio no peito. A bala incide sobre o esterno, produz uma fortíssima equimose, mas não é mortal. D. Luís Filipe, de revólver em punho, dispara quatro tiros rápidos sobre Costa, que cai da carruagem. Mas Buiça, ainda ele, está na sua posição de tiro. Ao levantar-se, o príncipe fica na sua linha de mira. Quando Costa tomba, Buiça atira a matar, visando a cabeça. A poderosa bala atinge D. Luís Filipe na face esquerda, logo abaixo do malar, e sai pela nuca. O príncipe tomba no banco sobre o lado direito."

José Ramos, em "Anatomia de um Regicídio", faz uma descrição do assassínio do rei e do príncipe herdeiro, acrescentando mais alguns elementos aos que até aí eram conhecidos:

Foto 17 - Placa evocativa do Regicídio

> " O cortejo real arranca, saindo do cais e circundando a Praça do Império, passando em frente à estátua de D. José, não muito rápido. As gentes movem-se para junto da calçada, para ver o landau passar. O Sol está a começar a descair, retirando a luz do dia.
> D. Carlos levanta-se acenando à multidão que se junta em redor da praça, que dá vivas ao rei, baixando a mão que sustém a pistola, debaixo da capa, mostrando que algo seria esperado.
> Ao virar na parte sul da praça, ouve-se uma denotação de espingarda, um tiro do lado do Ministério da Fazenda. Todas as atenções se voltam para lá, ouvem-se gritos, barulho. Do outro lado, ao mesmo tempo, nas arcadas do Ministério da Guerra, junto a um quiosque verde, um homem, de barbas pretas e de varino, ajoelha-se calmamente com uma espingarda, sem que ninguém o note, faz pontaria ao rei e dispara. O tiro apanha o rei na zona do pescoço, fazendo com que este caia para trás. Dispara outro tiro, apanhando as costas de D. Carlos.
> (…) Mais tiros são disparados de vários lados e um outro homem agarra-se ao landau, pendura-se no estribo e dispara sobre o rei e o príncipe com uma pistola. O homem de barbas pretas, ajoelhado, continua a disparar.
> O príncipe D. Luís, com o seu Colt, levanta-se e começa a disparar contra o homem que ia garrado ao landau, em quem a rainha D. Amélia ia batendo com o ramo de flores, acertando-lhe no peito e na cabeça.
> O homem do lado da arcada, ainda a disparar, mas já agarrado por alguns guardas municipais, acerta na cara do príncipe D. Luís, saindo a bala por detrás da cabeça.
> (…) Outros tiros se ouvem e o príncipe D. Manuel é ferido no ombro de raspão, mas não se consegue apanhar mais ninguém. …) Estava consumado o regicídio.
> (…) Isto é obra da Carbonária, diziam uns. São os anarcas, os sindicalistas ou os republicanos, diziam outros. São os ateus, pois são o demónio e isto é obra do demónio, dizia um cónego. Isto é do pessoal do Gelo[18], afirmavam outros.
>
> in Perfeito, José Ramos (2008) Lisboa – Anatomia de um Regicídio, Guerra & Paz

Sempre houve algumas dúvidas de quem seria a terceira espingarda, a que disparou o "tiro de aviso". Para José Ramos Perfeito, essa carabina foi manipulada por Aquilino Ribeiro.

> "Aquilino está nervoso. "É agora, aí vai" e pensando nisso, tira a carabina da samarra e com rapidez e segurança atira para o ar uma bojarda que, na calma de tarde, ecoa na praça, como se de vários tiros se tratassem. Manuel Buiça ouviu o tiro do fundo da praça e reparou que todos se voltaram para lá, dando o efeito desejado. (…) O bombeiro do posto junto aos Correios estava a olhar muito para ele. "Estaria desconfiado ou teria visto disparar o tiro?", pensou Aquilino e começou a andar para o lado da Rua da Madalena e, depois da esquina, começou a correr. (…) Partiu, sem mais demoras, atravessando a cidade até à Estação do Rossio, onde apanhou durante a noite um comboio para a Beira Alta. Daí, com a ajuda de alguns camaradas na cidade da Guarda, como José Cesteiro, partiu para Paris, onde ficou".
>
> in Perfeito, José Ramos (2008) Lisboa – Anatomia de um Regicídio, Guerra & Paz

[18] "O *Gelo",* como o Café Gelo era usualmente conhecido por todos, teve sempre uma grande tradição revolucionária e reviralhista, a sua sala traseira era o local de encontro de republicanos, maçons, socialistas, anarquistas e carbonários. Aquilino Ribeiro chamou-lhe a sede *informal* da ala radical da carbonária e da maçonaria e um centro conspirativo por excelência, segundo este escritor o atentado no Terreiro do Paço foi urdido naquelas quatro paredes. Seria daqui que terão saído em 1 de Fevereiro de 1908, Alfredo Costa e Manuel Buiça para o Terreiro do Paço para cometerem o regicídio.

Aos olhos dos revolucionários pró-República, os autores do regicídio transfiguraram-se de assassinos da família real em heróis e mártires da Pátria, conforme nos quer dizer Carlos Esperança com o seu trabalho "Manuel Buiça e Alfredo Costa, mártires injustiçados":

Foto 18 - Mausoléu de Manuel Buíça e Alfredo da Costa, "Libertadores da Pátria Portuguesa"

> "Não cometeram o crime nefando que os monárquicos e os sectores mais reaccionários da sociedade se incumbiram de acentuar; executaram uma sentença, imolando-se. Alfredo Costa e Manuel Buíça foram cruelmente assassinados pela feroz polícia do ditador João Franco depois de praticarem um acto com a consciência da sorte que os esperava. Sabiam que não teriam, nem esperavam tirar, benefícios pessoais do regicídio. Queriam apenas libertar a Pátria de um ditador, eliminando um rei inapto que, ao assinar a suspensão da Carta Constitucional, perdeu a legitimidade, tornou-se cúmplice da repressão e assinou a sua sentença de morte. (…)
>
> Buíça e Alfredo Costa acataram provavelmente uma decisão da Carbonária, para porem fim à ditadura de João Franco, evitarem as deportações em massa e libertarem os numerosos presos políticos. Não agiram por sectarismo ou vingança, foram agentes de uma execução com que julgaram evitar males bem maiores. Não merecem, pois, o anátema que o Estado Novo lançou sobre eles e que ainda persiste.
>
> Não eram marginais sedentos de sangue, eram idealistas republicanos. Não eram assassinos, foram mártires da liberdade no culto dos valores de que foram arautos. Os regicidas cumpriram o dever que a noção de patriotismo lhes impunha, nos tempos que eram, nas circunstâncias que foram, com a ditadura a legitimar a violência do acto."

Mais tarde, com a complacência do governo de Ferreira do Amaral que permitia que se efectuassem comícios republicanos, onde se louvava o regicídio e se considerava os assassinos como "beneméritos da Pátria", teve lugar uma romagem de cerca de vinte mil pessoas às sepulturas dos regicidas. Tudo isto organizado pela "Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento" que, segundo a Marquesa de Rio Maior, "fornecia as flores e dava 500 réis a cada pessoa e 200 réis a cada criança que aparecesse junto das campas". [19]

A fotografia desta romagem às campas dos regicidas cobertas de flores é publicada na imprensa inglesa com o título "LISBON'S SHAME", a vergonha de Lisboa.

Após 5 de Outubro de 1910, a mesma Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento adquire um terreno no cemitério para aí erigir um monumento aos regicidas. Na placa do mausoléu está a seguinte inscrição:

Alfredo Luís da Costa e Manuel dos Reis Buiça
Libertadores da Pátria Portuguesa
1 de Fevereiro de 1908
Associação do Registo Civil

[19] Rio Maior, Marquesa de (1930) Lisboa - Memórias da Marquesa de Rio Maior, Parc. A. M. Pereira

"A peça acabou. *Acta est fabula*.
V. M. veio muito novo n'um mundo velho.
V.M. teve verdadeiramente pouca sorte: nasceu rei quando já não era preciso"

Chagas, João – "Cartas Políticas
Carta ao Rei D. Manoel aproveitando a occasião da sua viagem ao Norte", 1 de Dezembro de 1908

Carta ao Rei

Rei morto, rei posto. E assim, D. Manuel II foi aclamado rei e, envergando o seu uniforme de aspirante da marinha, logo presidiu ao conselho de estado na tarde de 2 de Fevereiro, ainda com o braço ao peito. Confessou a sua falta de preparação e pediu a orientação do Conselho. Foi votada a demissão de João Franco e a formação de um novo governo de coligação, presidido por Ferreira do Amaral, e que incluía membros dos partidos Regenerador e Progressista, para além de independentes. Visava este governo fazer voltar o país à normalidade parlamentar, acabado o governo ditatorial. Para isso se chamou "Governo de Acalmação". D. Manuel II bem tentou "acalmar" o reino, e para isso fez várias viagens pelo país, mas os republicanos não deram tréguas: tudo servia para confrontar a Monarquia. A "Viagem d'El Rei ao Norte", é vista assim pela Illustração Portugueza:

Foto 19 – PORTO: "El-Rei D. Manuel agradecendo as acclamações"

> "O norte do paiz mostra-se empenhado em patentear ao jovem monarcha os recursos poderosos da sua iniciativa, do seu trabalho e da sua riqueza, demonstrando-lhe que só a obra deletéria dos políticos poude arrastar o paiz á gravíssima situação em que elle se encontra. A presente viagem significa, como todas as suas festas, um libello que deve impressionar a mocidade reflectida do soberano.
> Nós o desejamos para seu bem e bem de todos".

in "Illustração Portugueza", 23 de Novembro de 1908

Mais à frente, alguns excertos da vista de D. Manuel II ao Porto, no mesmo periódico:

> "A caminho do Collegio dos Orphãos, as aclamações a El-Rei durante o percurso attingiram o delírio".
> "O Enthusiasmo nas ruas: El-Rei agradecendo as acclamações".
> "O povo aguarda a passagem d'El-Rei na escadaria do Hospital de Santo António".
> "Os estudantes de medicina no dia da visita d'El-Rei".
> "Os lentes da Escola Medica do Porto aguardando a chegada d'El-Rei"
> "El-Rei assiste ao exercício dos bombeiros"

Por fim, a notícia da visita do rei à cidade de Braga, ainda na "Illustração Portugueza":

> "El-Rei visitou Braga no dia 11, sendo recebido na estação, onde o comboio real chegou pouco depois das 10 horas e meia da manhã, com intensas manifestações de enthusiasmo. Centenas de estudantes dos colégios e seminários da cidade, com bandeiras das cores nacionaes, acclamaram vivamente o soberano. A multidão accumulada em frente da estação era immensa, e foi no meio dos mais quentes vivas e das mais expressivas demonstrações de sympathia que o soberano saiu da gare do caminho de ferro. As nossas photografias reproduzem alguns dos aspectos d'essa imponente manifestação."

Esta visita de D. Manuel II ao Norte do país não convenceu os republicanos que voltaram à propaganda antimonárquica por todos os meios possíveis. Trazemos aqui uma carta política de João Chagas, republicano, implicado na "Intentona do Elevador da Biblioteca", onde foi preso com outros revolucionários. Nesta carta dirigida a el-Rei D. Manuel, o publicista começa por utilizar um silogismo de Paulo Luíz Courier, o "Pamphleto dos pamphletos". "Fazei um livro de seiscentas páginas e tereis entrada no paço; fazei um folheto de dezesseis e sereis um pamphletario e entrareis na cadeia".

Foto 20 - BRAGA: "Nas ruas comprimiam-se, a um e outro lado, filas espessas e compactas de povo"

> "Ora, justamente, este folheto tem dezeseis páginas. Reúne, portanto, quanto não outras, essa condição para ser um pamphleto, e contudo, sem prejuízo do privilegio que lhe é inherente, de entrar na cadeia, começa por entrar no paço. Porquê? Porque é no paço que se encontra a única pessoa interessada em conhecer as verdades que elle vae dizer e essa pessoa é V. M. …"

Depois passa realmente à crítica à viagem de D. Manuel ao Norte de Portugal.

> "…V. M. acaba de chegar do Norte, depois de uma viagem triumphal, e eu estou a vel-o sorrir ás minhas prophecias. V. M. está um pouco fatigado, mas cheio de confiança. Renasceu a esperança no seu juvenil coração. O que passou foi um mao sonho. Restam ainda bellos dias a viver, n'um reino de mulheres bonitas que atiram flores ao rei e de estudantes enthusiastas que lhe tapetam o chão de capas pretas. Não é isto?
> V. M. é iludido pelos seus sentidos. A sua viagem foi uma mentira, um bluff.
> V. M. surprhende-se?
> Considere V. M.: o poder constituído dispõe dos funccionarios da Egreja e dos funccioanrios da sociedade civil, quer dizer, de um exercito. Além d'isso dispõe de todas as corporações sujeitas á sua influência. Em Portugal a grande maioria das câmaras municipais, por exemplo, estão sob a sua tutella. Junte V. M. esta verdadeira multidão 13 philarmonicas, como em Aveiro e ahi tem a inferneira que presenciou. Duzentos estudantes, com viagens pagas, encorporados no sequito de V. M., mantiveram o que se chama O FOGO SAGRADO. O povo das províncias, que vae a todas as festas, e as mulheres que vão a todas as procissões, fizeram o resto.
> No êxito d'essa viagem estavam empenhadas todas as forças conservadoras de Portugal, ameaçadas pelo perigo revolucionário: a Egreja e a reacção clerical, de quem a revolução é o inimigo nato.
> Resumindo: a peça acabou. *Acta est fabula*. V. M. veio muito novo n'um mundo velho.
> V.M. teve verdadeiramente pouca sorte. Nasceu rei quando já não era preciso".

João Chagas não fica por aqui, na sua carta política ao rei D. Manuel II.

> "O throno de V. M. está perdido. (…) É lastimável que V. M. herdasse um throno a cahir, mas a verdade é esta: elle está a cahir. V. M. é muito novo, mas para o mundo que veio encontrar é velhíssimo. Tem dezenove annos e tem séculos.
> Veio tarde.
> … E veio o Buiça. Quem foi o Buiça?.
> O Buiça, meu príncipe, foi a Fatalidade. Roubou-lhe um pae, roubou-lhe um irmão e não lhe deu um trhono.
> V. M. é um novo rei, mas não é uma monarchia nova.
> V. M. não foi uma revolução e so uma revolução dava satisfação ás sedes da justiça da sociedade portuguesa."

Chagas, João – "Carta ao Rei D. Manoel aproveitando a occasião da sua viagem ao Norte", 1 de Dezembro de 1908

" O partido republicano veio desenvolvendo-se até ser o que é hoje, não um partido, mas, na realidade, um estado social, a que nada falta, nem a solidariedade dos melhores, pois congregou a elite do Portugal intellectual,…"

Chagas, João - "Carta à Imprensa Estrangeira a propósito do 1.º Aniversário do Regicídio", 25 de Janeiro de 1909

Propaganda enviada à imprensa estrangeira

Os republicanos não se ficaram pela propaganda interna contra a monarquia: A imprensa estrangeira também fazia parte dos seus planos de divulgação do ideário republicano. Assim, foram enviadas várias vezes informações a transcrever a sua visão do conflito político português, ressalvando que a crise portuguesa era, sobretudo, provocada pela obrigação da cedência de Portugal ao "ultimatum" inglês, e que daí emergiu um levantamento patriótico contra a Inglaterra e contra a Monarquia por não ter sabido resistir a esta imposição.

Foto 21 - Le Petit Journal (Paris)

"Produziu-se em todo o paiz um levante patriótico, muito semelhante ao que se deu em Hespanha contra a Alemanha, por ocasião do caso das *Carolinas*[20]. A cólera contra os ingleses desencadeou uma verdadeira tempestade cívica. Gritava-se por toda a parte: Desforra! Desforra! Desforra! Portugal teve de se inclinar perante a intimidação inglesa; mas ao resignar-se a esta capitulação, o paiz voltou-se contra os governos e tornou-os responsáveis…

O povo começava a bater-se nas ruas. já havia mortes. Em 31 de Janeiro de 1891, o movimento insurreccional do Porto alarmou as instituições liberais e a sociedade conservadora. Houve lucta. As ruas ficaram juncadas de cadáveres. Correu sangue em abundância. (…) As prisões e os navios de guerra encheram-se de paisanos e militares. Constituíram-se conselhos de guerra no mar, affim de affastar os rebelde. A maior parte dos revolucionários do Porto foram degredados para África, outros exilaram-se. A opinião deplorava essa sarrafusca sangrenta e filiava-a nos erros da monarchia.

Entretanto começou uma nova era para Portugal. De sossego? Não! De lucta. De um lado a monarchia erigia-se sobre novas bases; do outro lado, a nação, desilludida dos princípios liberaes, organizou-se em partido. Esse partido foi o partido republicano. (…) Foi então que começou essa crise de febre popular, que só acalmou ao saber-se a notícia espantosa do regicídio...

… as prisões continuam. A 30 de Janeiro cinco jornaes são suspensos. Já quase não há imprensa em Lisboa.
Os jornaes no entanto fallam. Que dizem elles? Em nome de Franco e annunciam para o dia seguinte um decreto condemnando á morte civil, á proscrição, á deportação para longinquas paragens os captivos da dictadura. No dia 1 de Fevereiro o decreto apparece no Diario do Governo, ao mesmo tempo que os jornaes annunciam o regresso do rei e da corte!..."

Chagas, João - "Carta à Imprensa Estrangeira a propósito do 1.º Aniversário do Regicídio", 25 de Janeiro de 1909
(Traduzida em francês)

[20] O arquipélago das Ilhas Carolinas fica no Oceano Pacífico ocidental, localizados a nordeste da Nova Guiné. O português Diego da Rocha, que foi o primeiro europeu a visitar estas ilhas em 1527, chamou-as de *Ilhas Sequeira*, mas os navegadores espanhóis que as conheceram a partir de 1543 chamaram-lhes "Novas Filipinas", até que um almirante espanhol lhes deu o nome de Carolinas, em homenagem ao rei Carlos II de Espanha, em 1686. No entanto, só em 1875 a coroa espanhola declarou suas estas terras, fazendo algumas tentativas para fazer valer o seu "direito" contra a Alemanha, que tinha ocupado Yap, e pediu a arbitragem do Papa Leão XIII em 1885, que decidiu a favor da Espanha. Só então Espanha começou a ocupar aquelas ilhas, em 1886. Pelo Tratado Germano-Espanhol de 1899, depois da Guerra Hispano-Americana, a Espanha vendeu as ilhas à Alemanha.

"Aos temperamentos femininos que preferem as naturezas montanhosas,
o rei de Portugal não deve agradar. É um ser franzino e fragil."

Chagas, João - "Carta ás pretendentes ao throno de Portugal, por um amigo das mulheres", 8 de Novembro de 1909

Carta às princesas casadoiras da Europa

Rei novo e ainda sem descendência era problemático para a Monarquia, e era corrente que o casamento do rei com uma princesa inglesa colocaria a casa de Bragança sob a protecção da Inglaterra. De qualquer maneira, D. Manuel fez várias viagens ao estrangeiro, Inglaterra, França e Espanha, o que motivou a propaganda republicana a actuar junto das "princesas casadoiras" desses países.

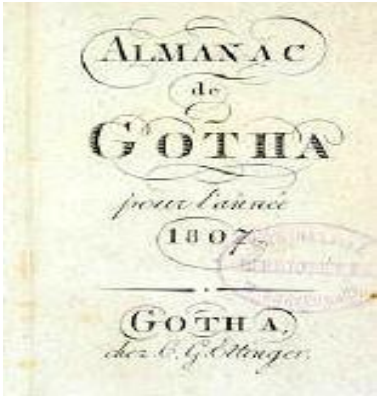


Foto 22 – Almanac de Gotha

"Vai n'este momento a caminho da sua primeira viagem de chefe do Estado, o rei D. Manuel de Portugal, rei jovem e celibatário, que procura casar; e eu não sei se alguma de vossas altezas já está compromettida. Se nenhuma o está, suspendei! Suspendei senhoras, e escutai!

Não vos falla n'este instante um inimigo dos reis, mas um amigo das mulheres, e vós sois, senhoras, para o conceito sentimental que me inspira ao escrever esta carta, tão somente mulheres. Não me pergunteis por tanto quem sou. Eu sou o homem que, n'um dia de aguaceiro, offerece o seu guarda-chuva á dama que passa e se vae molhar. Chove. Acolhei-vos aqui, debaixo d'este guarda-chuva, e recolhereis sem damno á coberta enxuta e confortável do vosso *Almanack de Gotha*[21], d'onde haveis sahido, quem sabe á procura de um chapéu e de uma coroa que vos assente bem na cabeça. Esta carta é o guarda-chuva que vos offereço.

Altezas. Se tendes a ambição de uma coroa, procurai-a n'outra parte. Aqui, no nosso paiz, não há coisa que vos sirva. Uma coroa, é tentador! Vós outras não haveis mesmo sido educadas senão para a cingir um dia. Todas as mulheres aspiram a ter um marido. Vós só ambicionaes o marido, quando elle vos traz uma coroa, grande, ou pequena, de oiro ou de ferro, de um império, de um reino, ou de um principado. Mas há coroas e coroas, e justamente aquella que o rei de Portugal vos póde oferecer não vos convem, porque não corresponde a um império, porque não corresponde a um reino, porque não corresponde a um principado sequer. É a coroa de um rei, mas o seu reino, como o de Christo, não é d'este mundo.

Ficai por ahi e escutai-me. Vossas altezas ainda não se comprometteram a casar, e um provérbio nosso constantemente murmura aos ouvidos celibatários: *antes que cases, olha o que fazes!...* D. Manuel rei é um péssimo partido. O seu throno não é logar que se offereça a uma senhora. Aos temperamentos femininos que preferem as naturezas montanhosas, o rei de Portugal não deve agradar. É um ser franzino e fragil. Muitas senhoras, no entanto, dão a sua preferência ás virilidades embryonarias, indecisas, vacilantes, doentias, pallidas, mórbidas, e para essas está na conta. (…) A marca ancestral dos Braganças é o beiço grosso dos glutões. Os braganças comiam como frades. (…) Ao rei de Portugal só falta, para ser um homem, o ter attingido a idade adulta. Infelizmente está em formação. Tem vinte annos. A mulher que o houver por marido, não o apanhará feito antes dos vinte e cinco que, é quando o homem começa a amadurecer, e até lá terá deixado muito provavelmente de ser rei."

Chagas, João - "Carta ás pretendentes ao throno de Portugal, por um amigo das mulheres", 8 de Novembro de 1909

[21] Almanaque de Gotha, ou simplesmente o Gota ou Gotha, existe desde 1763 e é o guia de referência da alta nobreza e das famílias reais europeias. Foi publicado pela primeira vez na corte de Frederico III, duque de Saxe-Gota-Altenburgo.

"Todos os braganças foram vassalos inglezes, foram equiparados aos que os romanos costumam celebrar com os povos esmagados pelas suas armas"

In Chagas, João - "Cartas Políticas - Carta aos senhores da Liga Monarchica", 11 de Janeiro de 1909

Novas críticas à Monarquia

A Monarquia estava constantemente sob a mira da propaganda republicana. Com o aproximar do dia da implantação da República essa propaganda atingia patamares que para os padrões de hoje se mostravam, quase sempre, desadequados, cruéis, e a roçar a paranóia. Vejamos algumas passagens numa dos muitos meios utilizados para a propaganda republicana: as cartas políticas de João Chagas:

CARTA

AOS

SENHORES DA LIGA MONARCHICA

CALÇADA DO SACRAMENTO, 7, 2.º

N'esta

Lisboa, 11 de Janeiro de 1909.

Liga Monarchica

Proseguem com toda a actividade os trabalhos para a installação definitiva da Liga Monarchica na sua séde, calçada

Foto 23 - Cartas Politicas, João Chagas

> "A monarchia é o regime secular. É um caso paleontológico. É o "Megaterium"[22]. É um fóssil. Poder velho, poder vetusto, poder decrépito é, no entanto, o poder, com a sua omnipotência, defendido pela força moral do Direito e defendido pela força material das armas. Tem por si a lei e tem por si as espingardas.
>
> Os Hohenzollern fizeram a obra da unidade alemã; os Saboyas fizeram a obra da unidade italiana; mas os Braganças, o que fizeram elles? Que fizeram elles para conquistar o throno que ocupam há dois séculos? Nada! O primeiro que o occupou, D. João IV, foi lá sentado á força. Tinha medo de ser rei. Quando os portugueses de 1640 lh'o propuseram, a sua primeira ideia foi denuncial-os ao rei de Hespanha. O medo decidiu-o, era medroso, beato. Foi um escravo dos jesuítas. D. Affonso VI era um doido, espécie de rei Lear[23], doido e mau, lhe chama o historiador de caracter immundo, inclinações vis, gostos obscenos. D. Pedro II fez de Portugal uma província da Inglaterra. Era elle quem dizia que "preferia perder o throno a perder a amizade dos inglezes". D. João V foi um carola, rei fradesco e lubrico, beato e devasso. Fez dos conventos um serrallho e teve freiras por amantes. A sua coroa e a sua corte são caracterizadas pela brutalidade soez, a crueldade sanguinária, o requinte e a corrupção de todos os costumes. D. José não foi ninguém. Quem reina em seu nome é Pombal. D. Maria I era doida, como era doido Affonso VI: dois mentecaptos na mesma família. D. João Vi foi o typo de flacidez moral e physica e da impotência. Casou com uma princesa orgíaca, que fez dos Paços reaes um lupanar[24] e deu á história o exemplo revoltante de um rei que foge perante uma invasão estrangeira e lhe entrega o reino. D. Miguel e D. Pedro tem sangue da mãe, Carlota Joaquina, de quem o historiador traça este terrível retrato: "Megera horrenda e desdentada, criatura devassa e abominável, em cujas veias corria toda a podridão do sangue bourbon, viciado por três séculos de casamentos contra a natureza".
> Dos últimos reis, D. Pedro V, único na dynastia que não é doido, nem mau, nem egoísta, nem fraco, é uma sombra e esvae-se. D. Luiz é uma espécie de D. João VI mais limpo; finalmente D. Carlos é um caso de regressão: é D. Pedro II.
>
> Os Braganças foram sempre em Portugal os procuradores dos interesses estrangeiros. D. Pedro II foi um anglo-maniaco. Todos os braganças foram vassalos inglezes, foram equiparados aos que "os romanos costumam celebrar com os povos esmagados pelas suas armas".

In Chagas, João - "Cartas Políticas - Carta aos senhores da Liga Monarchica", 11 de Janeiro de 1909

[22] Preguiça-gigante

[23] Rei Lear (rei louco) é uma peça de William Shakespeare. Lear pertence ao folclore anglo-saxónico e aparece, já em 1147, com base em um episódio da *Historia Regum Britanniae.*

[24] Casa de prostituição; bordel; prostíbulo

"Os bragança - a história inteira o proclama - foram os procuradores dos interesses ingleses em Portugal. Até que ponto essa servidão foi funesta aos interesses de Portugal e ao seu prestigio, todos o sabem também. Em muitas circunstancias, e pela mão do Bragança, a Inglaterra promoveu a ruína de Portugal. O labéu de que vivemos sob a sua influência e a sua tutella, esse, veio até aos nossos dias. O Portugal brigantino foi considerado como uma província inglesa. Hoje ainda é visto como uma nação subalternizada ao seu poder".

in Chagas, João - "Cartas Políticas – Carta sobre a Alliança Ingleza, depois da leitura do artigo do MANCHESTER GUARDIAN"

Voltam os ataques à aliança com a Inglaterra

Nesta "carta política", João Chagas realça, até à exaustão, a subalternidade da Casa de Bragança para com Inglaterra. "Diz-se que a Inglaterra é a mais antiga aliada de Portugal mas não é bem assim: a Inglaterra foi sempre e unicamente a aliada da casa de Bragança".

Foto 24 - O casamento de D. João I com Filipa de Lencastre marcou o início da mais antiga aliança diplomática entre dois países, actualmente em vigor

"A história dos bragança está associada à história dos tratados de com a Inglaterra, e d'esses tratados é conforme toda a história em affirmar que foram verdadeiras calamidades públicas. Pelos primeiros três tratados, firmados pelos bragança e envolvendo questões de domínio colonial, o de 1642, 1654, 1661, perdemos o Oriente. Pelo tratado de 1810 perdemos o Brasil. Pelo de 1881 alienamos Goa. Pelo de 1890 perdemos Moçambique que só ficamos possuindo nominalmente e onde acaba de ser introduzida a administração inglesa."

"Do tratado de 1642 disse-se que "só as nações victoriosas os extorquiam idênticos pela força das armas, das nações vencidas e humilhadas". O tratado de 1654, pelo qual os ingleses se apoderaram do commerio do Brazil, foi por elles próprios equiparado "aos que os romanos costumavam celebrar com os povos esmagados pelas suas armas". O tratado de 1661 iniciou a era do verdadeiro protectorado, tornando Portugal, na linguagem de todos os escriptores que tem estudado a nossa história, "uma província de Inglaterra". Ninguém ignora que foi por esse tratado, a que tão jubilosamente alludia Carlos II na sua communicação ao parlamento, que lhe cedemos Tanger e Bombaim e que os installamos definitivamente no nosso já desmembrado império do Oriente."

A propósito deste tratado de 1661, a regência do reino emana um documento a autorizar o ministro Gaspar de Faria Severim, a quem competia a leitura do decreto perante o Conselho de Estado, a ocultar deste, omitindo as cláusulas da entrega de Tanger e Bombaim.

"Porquanto conveio a meu serviço que per nenhuma maneira pudesse vir a notícia dos moradores da Fortaleza e Cidade de Tanger: qui ella si dava em dote á Infanta D. Catherina, minha muito amada e prezada irman, casando com El-Rey da Grã-Bretanha, meu bom Irmão e primo: por não arriscar tão grande tratado, que se tem pelo total remédio para a deffensão, e conservação d'este Reyno, honra e reputação d'elle (…) ordeney ao Secretário Gaspar de Faria Severim que na copia dos Tractados que vieram ajustados pelo Conde da Ponte, do meu conselho de guerra, e meu embaixador extraordinário n'aquelle Reyno, e firmados por seus deputados, não lesse no Conselho de Estado o 2.º e 3.º artigo, e se emendasse o 4.º, 11 e 16 em tal forma que se não fallasse na entrega d'esta Praça ou suposição d'ella no Conselho de Estado, nem diante dos mais ministros e officiaes, que he força tenham notícias d'ellas.(…) Lisboa, Agosto de 1661. RAYNHA."

in Archivo Historico Portuguez[25]

[25] Citado por João Chagas em "Cartas Políticas – Carta sobre a Alliança Ingleza, depois da leitura do artigo do MANCHESTER GUARDIAN" (1909), p. 152

Dos tratados de índole colonial, João Chagas passa para os que implicam questões comerciais:

Foto 25 - Caricatura ao poderio inglês

> "Os tratados commerciaes, como o de 1703, foram verdadeiras extorsões e fizeram a nossa ruína. Em 1703 renovou-se a serie dos tratados por aquelle que ficou sendo conhecido na história pelo nome METHWEN; abrem-se as portas de Portugal aos lanifícios ingleses; a industria, o commercio, a agricultura perecem. "Esse tratado foi a nossa completa ruína", diz Pinheiro Chagas. Oliveira Martins escreve: "tornou-nos feitores da Inglaterra". "Arrasou a industria nacional", commenta: Os lavradores, principalmente os do Douro, estavam perdidos". Este tratado foi a obra do Bragança D. Pedro II, aquele que dizia que "preferia perder o throno a perder a amizade dos inglezes", e, em troca dos suppostos serviços que nos prestou, a Inglaterra arranca ao Bragança o tratado de 1810, pelo qual as suas mercadorias invadem as nossas colonias. De 1796 a 1807, a exportação de manufacturas portuguezas para as colonias, subira a 94 milhões de cruzados: nos dez annos seguinte é de 2 milhões apenas. O tratado de 1842 é a cópia fiel dos tratados de Methwen e de 1810. "

Sobre a entrada da administração inglesa em Moçambique, concretamente em Lourenço Marques, João Chagas lembra as condições desvantajosas para Portugal, humilhantes até, com que os ingleses colocaram a capital da colónia nas mesmas condições do Transwall, uma possessão inglesa. Foi a partir deste acordo luso-britânico que foi possível a união das colónias britânicas do Transnwall, Orange River, Cabo e Natal, dando origem assim à África do Sul[26]. Sobre este último acordo é a seguinte a opinião de João Chagas e que superiormente ele utiliza como propaganda republicana e antimonárquica:

> "O mais recente accordo feito entre a Inglaterra e o governo brigantino é o de hontem. É o tratado com a colonia inglesa do Transwaal, tratado (…) no qual a administração do porto de Lourenço Marques foi retirada aos portugueses, em condições taes que o general Smuts, ministro do interior da colonia, se lhe referiu assim: "É sua opinião que esse tratado é o documento mais importante de quantos tem sido apresentados ao Congresso".
>
> > "Os portugueses não terão mais a faculdade de administrar livremente o seu caminho de ferro, e Lourenço Marques fica nas condições do Transwaal e das possessões inglesas da África do Sul. O tratado custou algum trabalho; as respectivas negociações prolongaram durante cerca de um anno; mas elle, orador, espera que será um poderoso instrumento do desenvolvimento da União Sul-Africana. O Governo merece, pela obtenção d'esse convénio, a gratidão do povo. O tratado cahiu-nos nas mãos, como um anjo vindo dos céus"
>
> in jornal "Transwaal Leader", de Johannesburgo, 26 de Maio de 1909[27]

[26] Os primeiros navegadores europeus, portugueses, a chegaram à África do Sul, no século XV, foram Diogo Cão que alcançou a costa sul-africana em 1485 e em 1488 foi a vez de Bartolomeu Dias lá chegar

[27] Citado por João Chagas em "Cartas Políticas – Carta sobre a Alliança Ingleza, depois da leitura do artigo do MANCHESTER GUARDIAN" (1909), p. 156

No dia 5 de Outubro de 1910, José Relvas assinala a implantação da República.
Neste mesmo dia os Monárquicos comemoram 859 anos do Tratado de Zamora, que assinala a fundação de Portugal.

A implantação da República

Foi muito conturbada a época imediatamente anterior à implantação da República, com vários anúncios falhados para esse movimento de rompimento com o sistema monárquico. Numa reunião, a Maçonaria nomeia uma comissão de resistência; nova reunião, desta vez para além da Maçonaria e da Carbonária também esteve presente o Directório do Partido Republico, onde foi definitivamente marcada a eclosão do movimento revolucionário para 1 hora da manhã do dia 4 de Outubro.

Foto 26 - José Relvas a declarar a implantação da República

Foi um período muito tenso, de acontecimentos imprevisíveis, como o assassínio do psiquiatra Miguel Bombarda por um seu doente, e o suicídio de Cândido dos Reis, por pensar que o golpe tinha falhado. Tanto o homicídio do chefe-civil secreto do movimento revolucionário como o suicídio do Almirante, ocorridos dois dias antes da data prevista para a eclosão da república, de certa maneira precipitaram os acontecimentos que se seguiram.

"Uma influência malévola armou o braço d'um louco!, noticiava o jornal A CAPITAL, na sua edição de 3 de Outubro. O mesmo jornal ainda acrescentava: "às 5 e meia da tarde continuou na cidade a agitação produzida pelo attentado contra o dr. Bombarda. Em vários pontos, mas principalmente nas principais artérias da Baixa, grupos de populares manifestam-se ruidosamente à passagem de qualquer padre, especialmente depois que um d'esses *soi-disants* ministros do Senhor, se mostrou em pleno Rocio satisfeitíssimo com o acto cometido".

Por sua vez, o suicídio do Almirante Cândido dos Reis também foi mantido secreto até o mais tarde possível. O mesmo jornal A CAPITAL, de 4 de Outubro, dizia que "o Almirante Cândido dos Reis está vivo e commanda as forças da armada no quartel dos marinheiros", acrescentando ainda outras notícias de mobilização popular para a causa republicana: "A bateria de Queluz foi derrotada pelos revolucionários", "A família real fugiu do Paço das Necessidades, desmoronado pelo fogo do Adamastor e do S. Gabriel" e "às cinco da tarde, a situação dos revolucionários é gloriosa: as forças do governo teem sido batidas em toda a linha". Na redacção do jornal A LUCTA, o grupo de Brito Camacho, José Relvas e Eusébio Leão, imprimiam e faziam distribuir comunicados com notícias de despropositado optimismo, mas que ocultavam aqueles nefastos acontecimentos para não vulnerar a moral dos revolucionários republicanos.

Finalmente, a 5 de Outubro, o jornal A CAPITAL anunciava: "Viva a Republica. Preparando a normalidade dentro do novo regímen: a proclamação da República". Este acontecimento foi mais tarde lembrado por José-Augusto França da seguinte maneira:

> "A Republica foi proclamada às 8 horas e 40 minutos (outros dirão às 10 ou às 11 horas) da varanda dos Paços do Concelho, por José Relvas, para a praça do Pelourinho coberta de povo em aplauso. À janela tinham assomado as personalidades do futuro regime que ouviam, pela voz de Inocêncio Camacho, os seus nomes

anunciados para os ministérios do Governo Provisório afanosamente composto com nomeações esperadas e inesperadas, como logo fora a do presidente, apanhado na estação do Cais do Sodré onde viera da Cruz Quebrada a notícias – este Teófilo Braga, sábio ilustre e retraído de actividades revolucionárias."

In França, José-Augusto (2009) Lisboa–História Física e Mental, Livros Horizonte, p. 646

A CAPITAL

DIARIO REPUBLICANO

LISBOA—Quarta-feira, 5 de Outubro de 1910

VIVA A REPUBLICA!

GOVERNO PROVISORIO

Presidente sem pasta—Theophilo Braga.
Interior—Antonio José de Almeida.
Justiça—Affonso Costa.
Fazenda—Basilio Telles.
Obras Publicas—Antonio Luiz Gomes.
Extrangeiros—Bernardino Machado.
Guerra—Coronel Correia Barreto.

Foto 27 - Jornal A CAPITAL, de 5 de Outubro de 1910

A imprensa portuguesa reagiu conforme o seu posicionamento perante o conflito. Assim, O MUNDO, "Enfim! A República em Portugal. A Revolução triunfante". A LUCTA, um jornal republicano, duplicava as edições do dia 4, e no dia 5 de Outubro, a sua primeira página realçava que "A República está feita". O DIÁRIO DE NOTÍCIAS teve 4 edições no dia 5, e só na quarta edição é que noticiou "A Proclamação da República". Por sua vez a imprensa afecta à monarquia reagiu de uma maneira conformista à efeméride: O LIBERAL noticiava que "era de prever", e dias antes já dizia que "a Monarquia ia resvalando com uma velocidade enorme para o abismo". O DIA informava que em Portugal "havia uma Monarquia sem Monárquicos", afinal o mesmo que o Rei D. Carlos tinha dito no fim do século passado. O OCCIDENTE, jornal tido como conservador, na sua edição de 20 de Outubro, dedica as primeiras cinco páginas à visita presidencial a Portugal do Presidente do Brasil, e só a partir da sexta página começa a falar da implantação da República. No entanto, é o jornal que noticiou o acontecimento o mais detalhado possível. "A proclamação da República. Portugal entra em uma nova face da sua vida política. Mudaram as instituições pelo poder dominador da revolução. Os factos da história que, muitas vezes, parecem reger-se por leis desconhecidas, mas necessárias e fataes, são sempre a resultante do procedimento dos homens, únicos propulsores dos acontecimentos"; dedica onze páginas à efeméride. Por sua vez A NAÇÃO, na sua edição do dia 8 de Outubro, considerava que "a monarquia liberal filha da revolução, evoluíra para a república como lógico desfecho da Maçonaria triunfante".

Sempre a referência à Maçonaria com forte envolvência no acto republicano. Relembramos aqui uma breve passagem da intervenção importantíssima da Maçonaria, através da Carbonária.

"Afinal, quem forneceu dinheiro ao João Borges para o fabrico das bombas?... A *Joven Portugal* (fracção da Carbonaria) por intermedio de Manuel Bravo. As bombas, importadas do estrangeiro, durante a organisação do 28, tinham provado mal — eram verdadeiras bombas de fancaria — e necessitava-se, para o novo movimento, de explosivos que *cumprissem*. Recorrera-se então á industria nacional, em que se occupavam não só aquelle revolucionario como outro de grande relevo em toda a agitação politica comprehendida no periodo de 1907 a 1910 — o operario José Nunes."

in Abreu, Jorge D' (1912) Porto – As bombas de João Borges eram pagas pela «Joven Portugal,
"A Revolução Portuguesa: O 5 de Outubro", Casa Alfredo David

O próprio Machado dos Santos, chefe da Carbonária e maçon, deixou transcrito a páginas trinta e quadro do relatório sobre a Revolução que "a obra da Revolução Portuguesa também à Maçonaria se deve, única e exclusivamente."

A partir daqui, a Maçonaria passou a ser olhada como qualquer coisa pragmaticamente indispensável no currículo de alguém candidato a ministro, deputado ou a simples funcionário público. Até 1926 cinquenta por cento dos ministros eram maçons. Vários presidentes da República, Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida, por exemplo, igualmente pertenciam à Ordem Maçónica. Há muito que era conhecida a aproximação entre Maçonaria e Partido Republicano, o que e apesar de alguns descontentes foi evidente a politização da Maçonaria, "que vinha já de longe". [28]

Foto 28 - Expulsão das ordens religiosas. Soldado protegendo um padre jesuíta da ira popular

Depressa se esqueceu os apelos feitos em período monárquico em que República e Igreja pareciam estar do mesmo lado da barricada. Não admira pois que a partir de 5 de Outubro de 1910, a par de serem apeados os sinais monárquicos, de coroas em monumentos público, da eliminação da classificação "real" de instituições várias e da mudança dos nomes de várias ruas, também a igreja fosse perseguida, apesar da defesa, de Teixeira de Pascoaes, de uma "Democracia rústica e campestre, que á de dar a sua flor original e eterna, sob a invocação de Pan e de Jesus". Estes acontecimentos vieram dar razão ao Padre Casimiro quando dizia:

> "…entendo que não pode haver liberaes catholicos senão no nome, ou como um ramo da seita maçónica, ou antes como a própria Maçonaria, constituída assim hypocritamente para melhor enganar os innocentes e encautos, afim de os perverter com sophismas, e arrastal-os ao inferno…"
>
> in "Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte", Padre Casimiro, 1884 (Braga), p. 441

Entretanto, o Governo Provisório da República publicou um decreto a "convidar" os padres a não saírem à rua revestidos dos seus hábitos. Os jornais da época há muito que vinham incentivando a intolerância popular para tudo o que representasse a Igreja.

> "A burla do governo: reconhece que há jesuitas em Portugal e não procede contra elles. Sabe que S. Fiel e Campolide pertencem à Companhia e não os fecha. O governo continua a burlar os ingénuos com o seu pretendido liberalismo. Os frades rejubilam e longe de disfarçarem o seu contentamento pela attitude subserviente do ministério, exibem-no descaradamente, troçando de todos esses simulacros de inquérito ultimamente efectuados".
>
> in A Capital de 3 de Outubro de 1910

Perante uma manifestação popular, Afonso Costa, Ministro da Justiça e Cultos do Governo Provisório da República, declarou que "vão ser presos todos os frades", e assinou um decreto para se efectuarem rusgas e prender todos os frades que forem encontrados. Afirmações e decisões destas exaltavam ainda mais os sentimentos revolucionários republicanos e as represálias contra a Igreja, o que levou o Governador Civil, Dr. Eusébio Leão, a difundir um comunicado a tentar não perder o controlo da situação.

> "Para garantir a liberdade individual, condição necessária da segurança social e da honra do governo republicano, faz-se saber a todos os cidadãos que é indispensável haver todo o respeito pelas pessoas dos policias, dos soldados municipaes e dos padres…"
>
> in A Capital de 8 de Outubro de 1910

[28] GOL – Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa, http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=38

E as rusgas foram feitas, “os coios religiosos dissolvidos e os padres expulsos do paiz”, salvo alguns que conseguiram fugir para Espanha. A Capital de 8 de Outubro escreve que “já hoje foram expulsos dos coios centenas de frades e freiras”.

> “Desde as duas horas da madrugada até ao fim da tarde, foram conduzidas ao Arsenal da Marinha, em trens e automóveis, cerca de 233 religiosas, que foram capturadas nos diferentes coios da cidade. O que mais contingente forneceu foi o das Trinas, onde até agora foram apanhadas 121, seis das quaes no seu estado interessante e uma com uma creança de de 3 annos ao colo.”
>
> in A Capital de 8 de Outubro de 1910

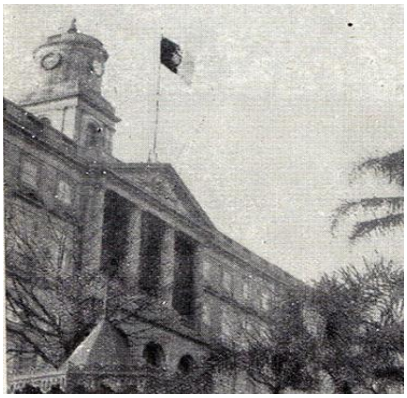


Foto 29 - A bandeira monárquica içada no edifício da Bolsa, no Porto

A insegurança era imensa o que levou a Inglaterra a enviar um navio de guerra para o Tejo para “assegurar as vidas dos seus nacionais”. Segundo o jornal “A Capital” de 8 de Outubro, o seu comandante compareceu na Câmara Municipal e apresentou ao governo os seus cumprimentos. Apesar do reconhecimento da nova situação política em Portugal, a Inglaterra não deixou de “avisar” os novos governantes de Portugal de que eles não deveriam deixar a revolução portuguesa alastrar-se para além do país. E esse aviso chegou através da imprensa escrita.

> “O jornal britânico “The Daily Telegraph” espera que a republica proceda prudentemente para com a Hespanha porque uma tentativa para alastrar a revolução pela Hespanha terminaria pela ruína da nova República cuja necessidade mais imperiosa é viver com paz com o reino vizinho”.

Havia um novo sistema político mas a lealdade à Monarquia ainda persistia na mente de algumas pessoas. A contra-revolução monárquica sucedeu quase de imediato à proclamação da República, a fim de derrubar as instituições criadas e restaurar a situação vigente até 4 de Outubro. O chefe carismático deste movimento monárquico foi Paiva Couceiro, o herói africano, um dos poucos realistas que resistiu em armas à revolução republicana e que, refugiado na Galiza, comandou duas incursões no norte do País, em 1911 e 1912. Em 1919, declarou o estado de sítio em todo o território continental. A 19 de Janeiro, em nome do Rei D. Manuel II, proclamou a Monarquia, em Lisboa e no Porto, e restabeleceu a Carta Constitucional de 1826. Foi a chamada “Monarquia do Norte” que perdurou durante 25 dias. Contudo, o seu objectivo era o regresso à Monarquia Integral e católica. Este movimento abortou por falta de apoios fundamentais. Em 11 de Fevereiro as tropas republicanas conquistam Estarreja aos monárquicos e no dia 13 acaba a Monarquia do Norte com a queda militar de Vila Real. No entanto, a expectativa da restauração monárquica manteve-se até ao Estado Novo, sendo Salazar, um “monárquico do coração”, o carrasco daqueles que ainda cogitavam no regresso a 4 de Outubro de 1910.

Neste período, contra os argumentos republicanos, já conhecidos e aqui falados, contrapunham-se os argumentos monárquicos que eram de que uma monarquia era tão democrática como uma república; que uma monarquia era superior a uma república, uma vez que o Rei era um melhor garante da independência; que um Rei era superior a um Presidente da República, uma vez que, não sendo eleito, tinha maior independência face à política, maior idoneidade, sendo factor de coesão, estando acima das disputas e das facções que fraccionam a sociedade; que um Rei seria Rei de todos os portugueses e o Presidente da República apenas o é da maioria que o elegeu, e que uma monarquia é mais barata que uma república,

entre muitos outros argumentos. São os mesmos argumentos que passados cem anos ainda se esgrimem. De início chegou a haver algum debate republicanos/monárquicos através da imprensa e, com alguma surpresa, o jornal "República", de António José de Almeida, ainda publicou alguns artigos de propaganda monárquica escritos por Homem Cristo Filho, um jornalista com uma "Ideia Nacional". Gorada esta oportunidade de propaganda este jornalista funda, em 1914, o jornal monárquico "A Restauração". Durou pouco tempo e o seu proprietário teve que se refugiar em Paris, onde protagonizou uma interessante actividade literária, muito apreciada pelos intelectuais franceses. João Chagas, o conhecido jornalista, publicista, Primeiro-ministro da Primeira República, perseguido político de um governo "à turca" de João Franco e que o enviou para degredo em África, enquanto representante diplomático português na cidade luz não deixou em paz o jornalista monárquico. Mercê dessa perseguição, Homem Cristo Filho foi obrigado a abandonar a França. Situação difícil, pois também lhe estava vedada a entrada em Portugal.

Foto 30 – General Gomes da Costa e as suas tropas desfilam vitoriosos em Lisboa em 6 de Junho de 1926

> "Ao falar-vos de Portugal, da minha terra distante, onde me é, por agora, interdito voltar, sinto crescer em mim e robustecer-me os lábios todo o orgulho lendário da minha raça."
>
> in Filho, Homem Cristo - Conferência pronunciada no Club Faubourg em Paris a 11/10/1926.

Apesar da censura existente, de quando em vez aparecia alguma propaganda monárquica, como está explicita neste fragmento duma carta de Ramalho Ortigão, publicada no jornal "A Restauração".

> "(…) Em Portugal somos hoje um povo medonhamente deseducado pela inepta pedagogia que nos intoxica desde o princípio do século XIX até os nossos dias. (...) Quebramos estouvadamente o fio da nossa missão histórica. Desmoralizamo-nos, enxovalhamo-nos, desaportuguesamo-nos. *A obra liberal de 1834 – convém nunca a perder de vista – foi inteiramente semelhante à obra republicana de 1910. Nos homens dessas duas invasões é idêntico o espírito de violência, de anarquismo e de extorsão. Dá-se todavia entre uns e outros uma considerável diferença de capacidade. Os de 34, de que faziam parte Herculano, Garrett e Castilho, eram espíritos oriundos da Academia da História, da livraria das Necessidades e do colégio de S. Roque. Os novos revolucionários de 1910, com excepção honrosa dos que não sabem ler, não tiveram por decuriões senão os seus predecessores revolucionários liberais de 34. E daí para trás - o que quer dizer daí para cima - nunca abriram um livro com medo da infecção clerical, porque todos eles acreditam com fetichístico ardor que* o clericalismo é o inimigo*, segundo a fórmula célebre com que o príncipe de Bismarck conseguiu sugestionar Gambetta para o irremediável desmembramento moral da França."*
>
> in Ramalho Ortigão, Carta de um Velho a um Novo, 7 de Setembro de 1914

A situação política estava caótica. Em 16 anos tinha havido 7 Eleições Gerais e 19 Sessões Legislativas. Os governos, 47, continuavam a suceder-se. Os republicanos da "República Nova" e os da "República Velha" discutiam entre si quem ia gozar os benefícios do Armistício que tinha posto termo à 1.ª Guerra Mundial. Em cada um destes dois grupos ainda havia mais divisões. Levantamentos, assassínio de Sidónio Pais, proclamação da Monarquia em Lisboa e Porto, eram indícios típicos dum cenário de guerra civil iminente. Começava a gerar-se a ideia de que o exército era a única força que poderia pôr ordem no país. E assim aconteceu: o golpe de estado de 28 de Maio de 1926 tornou-se numa Ditadura Militar. Suspendeu a constituição de 1911 e as liberdades políticas e individuais das pessoas. O Estado Novo estava a espreitar.

"Tenho a certeza de que não me deixarão viver muito tempo,
mas não importa, terei conseguido o meu fim".

Miguel Bombarda num comício em Alenquer, dias antes da revolução,
in. Jornal d'Alemquer, 5 de Outubro de 1913

A República nos jornais da província

A República foi muito comemorada, e até incentivada, nos jornais dos mais diversos lugares do interior do país. Damos aqui preferência aos jornais de Alenquer por dois motivos interessantes: primeiro, por ser a terra natal de Luz de Almeida, o maçon fundador, impulsionador e Grão-Mestre da Carbonária que teve uma participação decisiva em todo o processo revolucionário que culminou com a implantação da República. Segundo, porque foi em Alenquer que Bernardino Machado teve conhecimento da implantação da República.

DAMIÃO DE GOES

A FESTA DA BANDEIRA

BANDEIRA

Foto 1 - Jornal "Damião de Goes

O Ultimatum inglês de 1890 foi muito utilizado pela propaganda republicana em Alenquer, fazendo passar a ideia de que a aceitação do documento britânico por D. Carlos significaria uma afronta aos interesses pátrios. Foi a partir daqui que o republicanismo, tido como um movimento essencialmente urbano e de fraca repercussão regional, se difundiu entre as elites intelectuais da província.

> "O paiz está pobrissimo que o thesouro está exhausto… e que o povo num mal estar incontestável, está deveras descontente".
> (…)
> "Nós fomos feridos no que possuímos de mais sagrado: O AMOR PÁTRIO. Paciência. Mais cedo ou mais tarde esse país de piratas receberá de Portugal e talvez de todo o mundo o verdadeiro e indispensável correctivo"

in jornal "Damião de Goes", de 13 de Janeiro de 1891

Sobre a tentativa falhada da revolta do Porto, o mesmo jornal, na edição de 19 de Julho de 1891, diz que "no horizonte da nossa política acastellam-se turbilhões de nuvens sombrias, vatocinando a approximação da borrasca… Rebentará ella? Quem sabe!" O sentimento anticlerical também marca presença nos jornais, especialmente com uma anunciada visita do Cardeal Patriarca à vila de Alenquer. O jornal Damião de Goes, na edição de 1 de Outubro de 1893, escreve que "o povo o que mais precisa actualmente é de pão, porque de conselhos e cantigas andam eles fartos. (…) É até bom que o Frei Zé dos Curações saiba que Alemquer não é coito de Varatojos".

A redacção deste jornal chegou a funcionar como intermediário de filiação republicana.

> "Devendo brevemente realisar-se a eleição da comissão municipal do Partido Republicano neste concelho, pede-se a todos os que desejem filiar-se no partido a fineza de deixarem os seus nomes na redacção do Damião de Goes (…)"

in jornal "Damião de Goes", de 21 de Abril de 1895

Sobre a viagem da realeza ao Porto, as críticas à Monarquia continuam:

> "Ninguém é capaz de convencer o povo, aquelle que trabalha e que paga de que da viagem real (…) tivesse advindo algum benefício, para este pobre paiz tão arruinado, tão pobre, tão desacreditado".
>
> in jornal "Damião de Goes", 28 de Outubro de 1900

ANO I—N.º 1 Alenquer, 5 de Outubro de 1913 Numero avulso, 2 centavos

JORNAL D'ALEMQUER

Semanario Republicano Independente — Propriedade d'um grupo de republicanos

Assignatura | Redacção e administração: Rua da Republica | DIRECTOR JOSE MANOEL LOPES | Composto e impresso na Typografia da CENTRAL | Annuncios

ALEMQUER | Editor — JOSE ALVES FEVEREIRO | PRAÇA DE CAMÕES—ALEMQUER

AVISO

Se pessoa a quem remetemos o primeiro numero do presente semanario e o não quiseram honrar-nos com a sua assignatura, pedimos a fineza de o devolver imediatamente ás a recepção, datando-o, aqui, já consignando o agradecimento por com aquelles que tiveram de ser considerados no assignatos.

Jornal d'Alemquer pede á disposição dos os assignantes se esses obstaculo trolar d'amigos que assignam em outra loja e nos não.

A Redacção.

Se prendem-nos os fins que formam o nosso objectivo, consideramos cumprida com brio e probidade a nossa ardua missão, que d'esse caso deverá constituir motivo de orgulho não só para nós mas sentem para todos que moral e materialmente nos auxiliem.

Do contrario o logo que nos convençamos da impossibilidade de levar a cabo a nossa missão, tal qual o acabamos de traçar, o «Jornal d'Alemquer» deixará immediatamente de viver para saber morrer com Honra.

5 DE OUTUBRO

Bondia «Alemquer»! Foi hoje que emos que a nação portugueza herdou o adiadeira, desalmadamente sugou da maior conjugação e da maior sisudeza, [illegible]

quam a extinção de tal regimen se [illegible] a vingança absoluta dos principios de propria moral.

O republicanismo, como disse Guerra Junqueiro, [illegible] «Ideia de direito publico, para [illegible] [illegible] da salvação publica.

Negaceiando e pactuando [illegible] amoreiras; e tendo-se tornado assim um alimento entre a nação e o rei[illegible] facil foi a esse povo d'alma anacabada [illegible] desgraçar os alguns mais [illegible] em emoções de revolta.

E a revolução venceu. O que essa [illegible] quer dizer, não o e nem o [illegible] esse glorioso dia de 5 d'outubro, [illegible] d'alma bem balsamo de [illegible] gimes por um terreno [illegible] [illegible] do novo sol que desponteou, [illegible] depois dois dias de luta, [illegible] revolução e dominando [illegible] que sacrificando a propria vida [illegible] [illegible] a nação que se tornara incompetente [illegible] [illegible] [illegible]

Realmente, o Dr. Bernardino Machado vinha da sua residência de praia, em Moledo do Minho, para Lisboa. Saiu de comboio, mas em Pombal as linhas férreas estavam cortadas. Então, arranjaram-lhe um carro e dirigiu-se para a capital, fazendo uma paragem em Alenquer – possivelmente por ser terra já sua conhecida por aqui ter estado em campanha de propaganda política – local onde teve conhecimento de ter sido proclamada a República.

Foto 32 - Dr. Bernardino Machado, último Presidente da 1.ª República

Em Alenquer, logo que se soube do acontecimento, houve foguetes, numeroso cortejo com bandeiras, vivas à República, à libertação da Pátria, ao Exército, à Marinha. As quatro fábricas de lanifícios fecharam bem como todo o comércio local. Os operários incorporaram-se no cortejo que percorreu algumas ruas da vila dirigindo-se aos Paços do Concelho onde uma comissão de indivíduos, entre vivas e palmas, içou a bandeira republicana. As portas das repartições públicas foram lacradas e seladas. O edifício foi depois encerrado, ficando à guarda de grupos de populares. À noite foi organizada uma marcha "aux flambeaux" por várias ruas da vila. Muito povo, bandeiras e vivas, com a Filarmónica da Merceana à frente tocando A Portuguesa. Esta alegria foi noticiosa pelo jornal "O Século", de 9 de Outubro de 2010, da seguinte maneira: " A notícia da implantação da República foi recebida pelo povo de Alenquer no meio do maior contentamento".

No ano seguinte, no dia 5 de Outubro de 1911, o Dr. Bernardino Machado, em vez de ir para Lisboa, para junto dos seus pares, a comemorar o 1º aniversário da Implantação da República, vai exactamente para Alenquer celebrar essa efeméride, no local onde tomou conhecimento do derrube da Monarquia. Num breve discurso afirmou que "Alenquer será sempre um Santuário da República". De seguida descerrou uma lápide com a seguinte inscrição: LOCAL ONDE O DR. BERNARDINO MACHADO TEVE CONHECIMENTO DE TER SIDO PROCLAMADA A REPUBLICA EM 5 DE OUTUBRO DE 1910. O largo passou no mesmo dia a ostentar o seu nome". Alenquer tem um grande carinho pelo Dr. Bernardino Machado.

A partir daquele dia, ininterruptamente, começou a haver em Alenquer o "Jantar do 5 de Outubro", local de encontro anual de republicanos, mais tarde também de todos os opositores ao Estado Novo. Actualmente este jantar anual, inicialmente republicano, está metamorfoseado numa manifestação política exclusiva do Partido Socialista.

"Em política a caricatura é de boa guerra. É uma arma terrível, mas não desleal, porque, se exagera o falso, é para impedir que haja alguém que caia nele; a caricatura diz de mais para que nós digamos apenas o suficiente. É algumas vezes necessário, para fazer compreender uma certa relação, que se encham os termos da proporção. Muitas vezes é impossível ser compreendido por todos sem a condição de exagerar, de deformar, de desproporcionar".

Eça de Queiroz

Os cartoons na propaganda política

Cedo os cartoons começaram a ter grande importância na propaganda política contra a Monarquia. Devido às fortes restrições vigentes à Liberdade de Imprensa, o cartoon era a saída possível para criticar o "poder", estendendo-se essa actividade ate à 1.ª República.

Foto 33 - "Asmodeo" – VI Ano - 1864

Grandes cartoonistas deram a sua arte a tal campanha, sobressaindo aí Rafael Bordallo Pinheiro que dedicou especial atenção às relações de Portugal com a Inglaterra, que a caracterizou como a terrível "Albion". Não poupou a igreja, aqui através das ordens religiosas.

Foram muitas as publicações que se dedicaram a este tipo de propaganda anti-monarquia e pró-república. Citamos alguns como os mais importantes: *"Asmadeu"*[29], *"O Sorvete", "O António Maria", "O Charivari", "O Thalassa", "*A Algazarra", "A Paródia", "Os Pontos", "O Bezouro de Chicote", o "O Mosquito" e "*Os Ridiculos.*

Foto 34 - O PRIMEIRO – Asmodeu, 20.09.1856

Foto 35 - A compra do voto - José Malhoa

[29] De acordo com o Antigo Testamento, Asmodeu é "um demónio maligno" que matou os sete maridos de Sara, filha de Raguel e de Edna. (Livro de Tobias, C3, V7, 8.)

Foto 36 - "O Caciquismo" – O Século Ilustrado

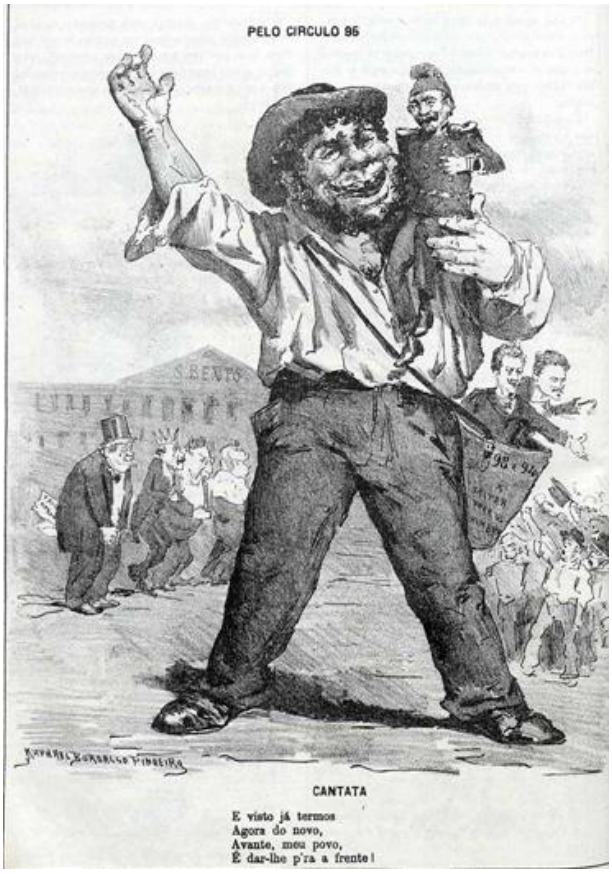


Foto 37 - "Pelo círculo 95" - O António Maria

Foto 38 - "Pastoral no Pinhal d`Azambuja" – A Paródia

Foto 39 - "Nas altas e nas baixas regiões" – Os Pontos

Índice de fotos

Foto 1 - Luís XVI, último rei de França 9
Foto 2 - Uma sessão do Clube dos Jacobinos em 1791, dentro da biblioteca dos Dominicanos (Paris) 10
Foto 3 - Guilhotina da Revolução Francesa 11
Foto 4 - Danton, também ele vítima da Revolução, depois de ter enviado muitos republicanos para o cadafalso, entre eles o rei Luís XVI. 12
Foto 5- A Lucta Social 13
Foto 6 – Referencia ao decreto de 29/3/1890 – "Lei da Rolha" (Rafael Bordalo Pinheiro) 14
Foto 7 - Revolução da Maria da Fonte 15
Foto 8 - "O Regenerador" (1848) 16
Foto 9 - A Fraternidade nr 1 - 1848 17
Foto 10 - O Republicano nr. 1 - 1848 19
Foto 11 - "Lei da Rolha", 3 de Outubro de 1850 21
Foto 12 - O Voto Livre 23
Foto 13 - Mapa-cor-de-rosa 25
Foto 14 - Azedo Gneco, do Partido Socialista Português, num comício republicano realizado a 1 de Maio de 1907 no antigo recinto do Teatro do Rato (Lisboa). 26
Foto 15 – Uma das imagens mais expressivas do regicídio: o atentado visto pelos ilustradores do "Petit Journal", publicado em Paris 27
Foto 16 - Café Gelo, local de onde saíram, em 1 de Fevereiro, os autores do Regicídio 28
Foto 17 - Placa evocativa do Regicídio 29
Foto 18 - Mausoléu de Manuel Buíça e Alfredo da Costa, "Libertadores da Pátria Portuguesa" 30
Foto 19 – PORTO: "El-Rei D. Manuel agradecendo as acclamações" 31
Foto 20 - BRAGA: "Nas ruas comprimiam-se, a um e outro lado, filas espessas e compactas de povo" 32
Foto 21 - Le Petit Journal (Paris) 33
Foto 22 – Almanac de Gotha 35
Foto 23 - Cartas Politicas, João Chagas 37
Foto 24 - O casamento de D. João I com Filipa de Lencastre marcou o início da mais antiga aliança diplomática entre dois países, actualmente em vigor 39
Foto 25 - Caricatura ao poderio inglês 40
Foto 26 - José Relvas a declarar a implantação da República 41
Foto 27 - Jornal A CAPITAL, de 5 de Outubro de 1910 42
Foto 28 – Expulsão das ordens religiosas. Soldado protegendo um padre jesuíta da ira popular 43
Foto 29 - A bandeira monárquica içada no edifício da Bolsa, no Porto 44
Foto 30 – General Gomes da Costa e as suas tropas desfilam vitoriosos em Lisboa em 6 de Junho de 1926 45
Foto 31 -Jornal d'Alemquer 47
Foto 32 - Dr. Bernardino Machado, último Presidente da 1.ª República 48
Foto 34 - O PRIMEIRO – Asmodeu, 20.09.1856 49
Foto 35 - A compra do voto - José Malhoa 49
Foto 33 - "Asmodeo" – VI Ano - 1864 49
Foto 36 - "O Caciquismo" – O Século Ilustrado 50
Foto 37 - "Pelo círculo 95" - O António Maria 50
Foto 38 - "Pastoral no Pinhal d`Azambuja" – A Paródia 50
Foto 39 - "Nas altas e nas baixas regiões" – Os Pontos 50

Índice Remisso

1

1.ª República 3, 5, 7, 51, 55
1826 14, 44, 61
1829 14
1834 14, 45
1841 17
1851 14
1910 1, 9, 14, 15, 30, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 55, 59, 61
1926 5, 13, 14, 43, 45, 55, 61, 62

A

aliança com a Inglaterra 3, 26, 39
anticlericalismo 13

C

Carta às princesas casadoiras 3
Carta Constitucional 13, 14, 21, 30, 44, 61
Cartier 12
cartoons na propaganda política 3, 51
Comte 13
Comuna de Paris 9, 12
Cortes Gerais de 1820 13
Costa Cabral 17

D

D. Maria II 17, 21
Danton 9, 12, 55, 59
Ditadura Militar 3, 5, 7, 13, 45

F

fraternidade 13, 16, 17, 19

G

Grande Oriente Lusitano 15, 17, 43, 61
guilhotina 11, 12
guilhotina era muito lenta 12

I

Ideal republicano 3, 13
Igreja Católica 13, 15
igualdade 13, 16
implantação da República 3, 9, 25, 37, 41, 42, 47, 49, 55
inspiração maçónica 13

J

jacobinos 9

L

Lei da Rolha 3
liberdade 13, 14, 15, 16, 21, 23, 30, 43
Liberté, Egalité, Fraternité 9
Luís Capeto 10, 12
Luís XVI 9, 10, 11, 12, 55, 59

M

maçon 12, 42, 47
maçonaria 3, 15, 17, 29, 42, 43
Maçonaria 15, 41, 42, 43, 61
movimento republicano 19

P

Partido Reformista 13
Partido Regenerador 13, 17
Partido Republicano Português 13, 26
Partido Socialista Português 13, 55, 62
Patuteia 13
Praça da Concórdia 10
Propaganda enviada à imprensa estrangeira 3

Q

Queda da Bastilha 9

R

Regicídio 3, 5, 27, 29, 33, 55, 59, 62
Revolução da Maria da Fonte 13, 17, 55
Revolução Francesa 3, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 55
Robespierre 9, 10, 12
rotativismo 13
Rousseau 9

S

século XIX 13, 15, 45

T

Tengarrinha 14

U

Ultimatum 3, 13, 25, 26, 47, 59

Bibliografia

LIVROS

ABREU, Jorge D' (1912) Porto – A Revolução Portuguesa: O 31 de Janeiro, Casa Alfredo David
ABREU, Jorge D' (1912) Porto – A Revolução Portuguesa: O 5 de Outubro, Casa Alfredo David
BAÊNA, Miguel Sanches (1990) Lisboa - Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio, Alfa
BERTIN, Claude - Os grandes Julgamentos da História – O Julgamento de Luís XVI, Éditions Ferni
BERTIN, Claude - Os grandes Julgamentos da História – O Processo Danton, Éditions Ferni
CABRAL, Manuel Villaverde (1979) – Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914, A Regra do Jogo
CASIMIRO, Padre (1884) Braga - Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, Typographia Lusitana
CATROGA, Fernando (1991) Coimbra - Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CHAGAS, João (1908) Porto – Cartas Políticas, Officina Bayard – 1.ª Série
- Carta ao Rei D. Manoel aproveitando a occasião da sua viagem ao norte
- Carta á Commissão Parochial de Canha, a propósito da resolução que tomou de fazer ler ao povo estas cartas.
CHAGAS, João (1909) Porto – Cartas Políticas, Officina Bayard – 2.ª Série
- Carta ás pretendentes ao throno de Portugal, por um amigo das mulheres
CHAGAS, João (1909) Porto – Cartas Políticas, Officina Bayard – 3.ª Série
- Carta sobre a Alliança Ingleza, depois da leitura do artigo do MANCHESTER GUARDIAN".
CHAGAS, João (1910) Porto – Cartas Políticas, Officina Bayard – 4.ª Série
- Carta sobre as responsabilidades do Partido Republicano
FRANÇA, José-Augusto (2009) Lisboa – Lisboa, História Física e Mental, Livros Horizonte.
HOMEM, Amadeu de Carvalho (1989) Coimbra – A Ideia Republicana em Portugal, Livraria Minerva
HOMEM, Amadeu de Carvalho, Amadora – A Propaganda Republicana durante a Monarquia Constitucional, in História de Portugal (dir João Medina), Ediclube
HOMEM, Amadeu de Carvalho (1990) Coimbra – A Propaganda Republicana 1870-1910, Coimbra Editora
LEAL, Ernesto Castro, Amadora – Partidos e Grupos Políticos Portugueses, in História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias (dir João Medina), vol X, A República I, Ediclube
LOPES, Fernando Farelo (1993) Lisboa – Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa, Editorial Estampa
MEDINA, João (1990) Lisboa – Oh! A República, INIC
MELO, António de (e outros) (1989) Alenquer – Concelho de Alenquer. Subsídios…, Associação para a Defesa do Património de Alenquer
OLIVEIRA, Lopes de (1947) Lisboa) – História da Republica Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional, Editorial Inquérito
OUGUELLA, Visconde de (1893) Lisboa – A Lucta Social, Academia Real das Sciencias de Lisboa
PERFEITO, José Ramos (2008) Lisboa – Anatomia de um Regicídio, Guerra & Paz
REIS, Maria José Porém (1979) Alenquer – O Republicanismo em Alenquer através de uma leitura de imprensa local
RIO MAIOR, Marquesa de (1930) Lisboa - Memórias da Marquesa de Rio Maior, Parc. A. M. Pereira
RODRIGUEZ, Alberto Pena (1994) Lisboa – História do Jornalismo Português, in História da Imprensa, Planeta Editora
ROGEIRO Filipe (1997) Alenquer - Toponímia Alenquerense, in Estudos de Alenquer, Ano I, Associação para a Defesa do Património de Alenquer
TELES, Basílio (1905) Porto – Do "Ultimatum" ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política, Ed. do autor
TENGARRINHA, José (1989) Lisboa – História da Imprensa Periódica Portuguesa, Editorial Caminho
TENGARRINHA, José (1993) Lisboa – Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subversiva, Edições Colibri
VENTURA, Alexandra (1997) Lisboa - O 5 de Outubro em Alenquer, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

INTERNET

Arquivo Municipal de Lisboa
http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/

Brado revolucionário contra o despotismo monarchico
http://purl.pt/1337/3/hg-12224-8-v_PDF/hg-12224-8-v_PDF_01-B-R0150/hg-12224-8-v_0000_capa-capa_t01-B-R0150.pdf

Biblioteca-Museu República e Resistência
http://republicaresistencia.cm-lisboa.pt/

Biblioteca Nacional
http://purl.pt/369/1/index.html

Carta Constitucional de 1826
http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/carta826.html

Carta de um Velho a um Novo (Ramalho Ortigão)
http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1914_carta_ramalho_amaral.htm

Centenário da República
http://centenariorepublica.pt/

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage

Constituição Portuguesa de 1822
http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t5.html

Cronologia das Eleições Gerais de Deputados e das Legislaturas Parlamentares, 1911-1926
http://purl.pt/5854/1/documentos/Cronologia%20-%20I%20REPUBLICA.pdf

Debates Parlamentares
http://debates.parlamento.pt/

Fundação Mário Soares
http://www.fundacao-mario-soares.pt/arquivo

GOL – Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa
http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=38

Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/

Instituto da História Contemporânea da Universidade de Lisboa
http://www.fl.ul.pt/ihc.htm

Jornal "A Capital"
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/A%20CAPITAL/1910/A%20Capital_1910.HTM#OUTUBRO

Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa (Biblioteca Nacional)
http://purl.pt/5854/1/index.html

Memorial do Regicídio
http://regicidio.org/

Museu Bernardino Machado
http://bernardinomachado.org/

Museu da Presidência da República
http://www.museu.presidencia.pt/

O Portal da História - Afonso Costa
http://www.arqnet.pt/dicionario/costaafonso.html

O Portal da História – António José de Almeida
http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/ajalmeida.html

O Portal da História - Bernardino Machado
http://www.arqnet.pt/dicionario/machadobernardino.html

O Portal da História – Cronologia do Liberalismo (1777/1926)
http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1910.html

O Portal da História - João Chagas
http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/chagas_fev1919.html

Partido Socialista Português
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Portugu%C3%AAs

CONCLUSÃO

Poderá um trabalho de teor académico, como este, elaborado num primeiro ano escolar de licenciatura, reflectir fielmente a influência que a propaganda tem tido em Portugal no período republicano? A resposta óbvia é não. Apesar de se saber à partida que o resultado final nunca atingiria o éden, o nosso trabalho foi caprichoso; e muito esforçado.

Segundo o historiador Rui Ramos, "para conhecer a versão dos vencedores já basta a História e os historiadores. A obrigação do investigador probo é a de salvar a realidade ocultada". E nós fomos à procura dessa consistência dissimulada. É preciso ler muito sobre o que não conhecemos; depois é só procurarmos saber mais e mais. E nós lemos muito sobre esta temática. E tivemos algumas surpresas, pois em alguns pontos aquilo que nós "sabíamos" já há fartos anos, afinal estava aquém da sabedoria agora encontrada: as nossas leituras nos muitos documentos vasculhados nos mais diversos arquivos, direccionaram a "verdade" para outros limiares.

Propaganda afecta à causa republicana há muita e para todos os gostos; é uma questão de orientação e selectividade. Propaganda crítica à República já não é assim tão abundante. A favor da causa monárquica então ainda é mais rara; é como se ela tivesse sido varrida da superfície da terra. No limiar tomamos conhecimento da existência de alguns documentos, principalmente periódicos, por citações ou transcrições noutras publicações. Nos arquivos públicos foi este o panorama encontrado. É óbvio que o pecado maior é nosso por não sabermos procurá-la no local mais apropriado. Entretanto, salvámo-nos graças a alguns tombos particulares.